



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE LIBRAS – LSB/CCE
CURSO BACHARELADO EM LETRAS LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Helen Ramos De Sá

**O CORPO PRETO E OS EFEITOS DAS NORMAS ESTÉTICAS QUE
PERPASSAM O TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LIBRAS-PORTUGUÊS**

Florianópolis
2022

Helen Ramos De Sá

**O CORPO PRETO E OS EFEITOS DAS NORMAS ESTÉTICAS QUE
PERPASSAM O TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LIBRAS-PORTUGUÊS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Letras Libras do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Letras Libras.

Orientador(a): Professora Doutora Silvana Aguiar dos Santos

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra.

de Sá, Helen Ramos

O corpo preto e os efeitos das normas estéticas que perpassam o tradutor-intérprete de Libras-Português / Helen Ramos de Sá ; orientadora, Silvana Aguiar dos Santos, 2022.

86 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Graduação em Letras - LIBRAS, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Letras - LIBRAS. 2. Letras Libras. 3. Corpo preto. 4. Intérprete. I. Aguiar dos Santos, Silvana. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Letras - LIBRAS. III. Título.

Helen Ramos de Sá

**O CORPO PRETO E OS EFEITOS DAS NORMAS ESTÉTICAS QUE PERPASSAM O
TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LIBRAS-PORTUGUÊS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de graduação em Letras Libras.

Local Florianópolis, 21 de dezembro de 2022.

Prof. Dr. Rodrigo Custódio
Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof^ª. Dra. Silvana Aguiar dos Santos
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Jeff Jeffa. M. Santana
Avaliadora
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^ª. Dra. Janine Soares de Oliveira
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2022.

AGRADECIMENTOS

Kumbadajila a Exu, meus ancestrais e aos Nkises.

Nzambi Wa Katessa pelas benção até aqui, Laroye Exu pelos caminhos abertos. Ntondele aos Nkises que me carregam e zelam por mim, Kiwa Matamba, que rege meu mutue.

Começo agradecendo aos meus ancestrais, aos meus mais velhos, aos que compõem a minha rede familiar e de afeto, nada disso teria sido possível se não tivesse um pedacinho de cada uma das pessoas que me acompanharam, se fizeram presente em muitas partes desse processo, dessa caminhada. Sejam as que continuaram comigo ou as que já não estão mais próximas no quesito de intimidade, da presença ou amizades.

Nem todo seu você está aqui, mas a intenção de agradecimento se faz presente enquanto escrevo essa dedicatória mentalizando cada um deles, em respeito aos momentos que passamos e as provas que partilhamos em videochamadas ou pessoalmente, na indicação de leituras, ao assistir séries e/ou filmes. Cada uma dessas pessoas foi crucial para o desenvolvimento e manutenção do trabalho que finalizei e concluí.

Agradeço a todos que me deram atenção e que me aguentaram todas as vezes que eu comentei sobre esse trabalho repetidas vezes desde que escolhi o que abordar no meu tema. Esse trabalho é a conclusão de um passo muito importante, mas um processo muito doloroso que é a escrita de eternizar experiências e vivências de um corpo preto em diáspora.

Eu dedico a todos aqueles, meus pares que foram impedidos de chegar aonde cheguei, e de ocupar os espaços que eu me faço pertencer hoje! Aos meus pais, que não puderam concluir os estudos, e ao meu irmão, que não teve a chance de escolher cursar uma faculdade.

Aos meus sobrinhos, que assim como eu poderão optar e desfrutar da possibilidade e liberdade de escolha em cursar ou não o ensino superior. Aos meus avós, pelo exemplo de luta e persistência. Em especial ao meu avô Domingos Ramos, que não teve a chance de ser alfabetizado, mas que me incentivou a ingressar na graduação.

À minha prima Isabella Cristina, porque sem ela eu nem estaria aqui. Ela é a grande responsável pelo meu ingresso na faculdade, fazendo minha inscrição no SISU (Sistema de Seleção Unificado), além de me perguntar o que eu queria cursar, sendo o exemplo de mostrar onde poderíamos chegar, sendo a primeira neta da família com ensino superior e indo morar fora da cidade de Belo Horizonte.

Profundo agradecimento à minha orientadora Dra. Silvana Aguiar dos Santos por toda paciência, por toda a escuta, por toda a partilha e aprendizados que confraternizamos.

Aos meus pares, Raph e Luiza, pela resposta em editar e corrigir esse texto, além dos ajustes e lapidações de ambos juntamente com minha orientadora chamada carinhosamente de “Sil” pelos mais íntimos.

RESUMO

Este trabalho visa contrapor as diretrizes estabelecidas pela branquitude alusiva às regras tocantes à estética, sobretudo de Tradutor Intérprete de Libras-Língua Portuguesa (TILSP) negres. A análise, portanto, parte de escrituras e autoetnografias, perpassando controvérsias de como tais normativas atravessam os corpos racializados dos TILSPs, desde a carência de debates, que se relacionam aos motivos pelos quais se utilizam vestimentas padronizadas (assim inferidas no Código de Conduta e Ética), até seu ápice, quando posto os marcadores de raça, culturalidade, estética e subjetividade, isto é, tratando da interseccionalidade dos indivíduos, não somente voltadas para o curso de Letras Libras, mesmo que estes componham um mesmo grupo étnico-cultural. Outrossim, pontua-se como a comunidade surda, mesmo contabilizando apenas 10% da população brasileira, bem como subjugados por parte da quantidade maçante de ouvintes, não se eximem da responsabilidade imputada em sustentar a manutenção do pilar racista, reforçando a subalternização do profissional negro que, automaticamente, já está numa posição de subserviência, uma vez que o foco principal é a acessibilidade da pessoa surda, seja em palestras, workshops, aulas, vídeos ou qualquer contexto social, privado ou não. Em suma, o que considera-se aqui é pautar que a vivência diaspórica de pessoas pretas não isenta estes últimos do racismo, mesmo participando ativamente da aproximação dessa minoria linguística aos ouvintes e vice-versa. Em outras palavras, por mais que haja uma discussão com a comunidade surda no aspecto do esplanamento do racismo, esquadrinha-se o sistema que os condiciona a agir de tal modo, sendo esta mais um instrumento de complexificação e sofisticação do preconceito racial e exclusão da identidade individual dos diversos corpos negros.

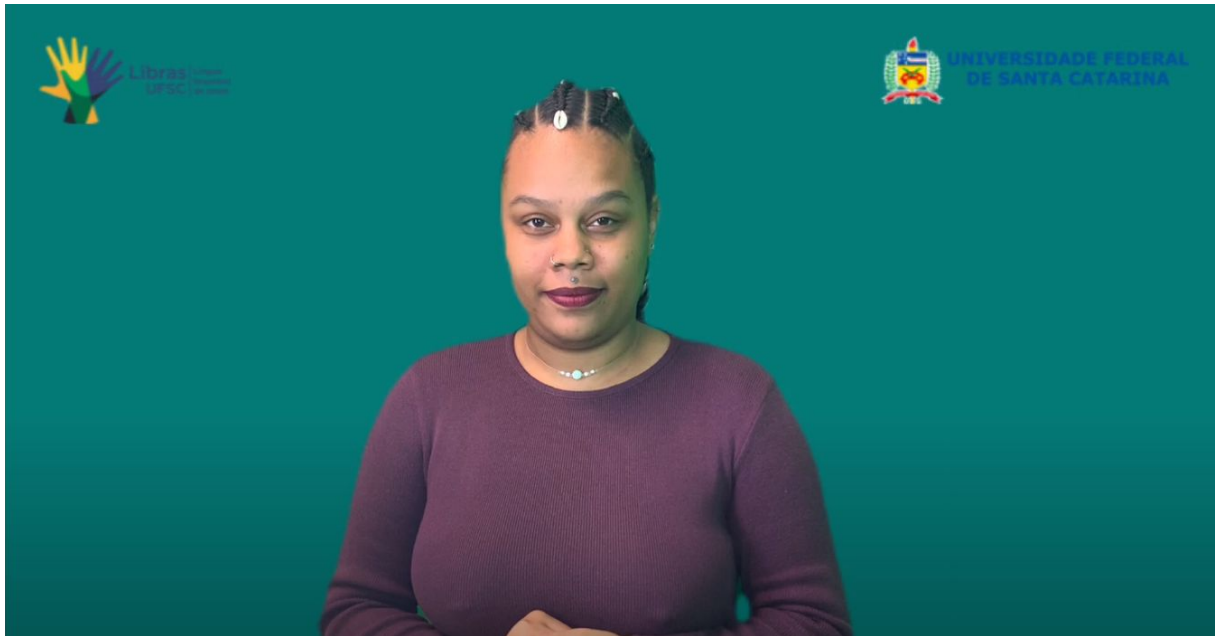
Palavras-chave: tradutor; intérprete; Libras; corpo preto.

ABSTRACT

This work aims to counteract the guidelines protected by whiteness alluding to the rules concerning aesthetics, especially of Black Libras-Portuguese Interpreter and Translator (TILSP). The analysis, therefore, starts from autoethnographic writings, passing through controversies of how and in what way such regulations cross the racialized bodies of TILSPs, from the lack of debates that relate to the reasons why standardized clothing is used - thus inferred in the Code of Conduct and Ethics – to its apex, when placing the markers of race, culture, aesthetics and subjectivity, that is, dealing with the intersectionality of individuals, even if they compose the same ethnic-cultural group and, still, not only focused on the course of Libras Letters. Furthermore, it points out how the deaf community, even accounting for a narrow portion of the Brazilian population, as well as subjugated by the dull voice of listeners, do not exempt themselves from the imputed responsibility of sustaining the maintenance of the racist pillar, reinforcing the subalternation of the black professional which, automatically, is already in a position of subservience, since the main focus is the accessibility of the deaf person whether in lectures, workshops, classes, videos or any social context, private or not. In short, what I consider here is to point out that the diasporic experience of black people does not exempt the latter from racism, even though they actively participate in bringing this linguistic minority closer to listeners and vice versa. In other words, as much as there is a discussion with the deaf community regarding the explanation of racism, however, the system that conditions them to act in such a way is scrutinized, which is yet another instrument of complexification and protection of racial prejudice and exclusion of the individual identity of the diverse black bodies.

Keywords: translator; interpreter; LIBRAS; black body.

RESUMO EM LIBRAS



Link para acesso: <https://youtu.be/A1hhY67jeIE>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Slam Cruz e Sousa - Julho/2021.....	44
Figura 2 – Divulgação Slam Cruz e Sousa - Maio/2022.....	45
Figura 3 – Boi Encantado sobre o Boi de Mamão - Julho/2022.....	46
Figura 4 – Conecta Fepese - Setembro/2022.....	47
Figura 5 – MBM parceria Odù - Dezembro/2021.....	48
Figura 6 – Sarau AfroLíricas - Abril/2022.....	49
Figura 7 – Teatro Cirquinho do Revirado - Setembro/2022.....	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conceitos e principais autores.....	61
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BU	Biblioteca Universitária
CCE	Código de Conduta e Ética
FEBRAPILS	Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
Libras	Língua Brasileira de Sinais
TILS	Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais
TILSP	Tradutor Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa
TILOs	Tradutor e Intérprete de Línguas Orais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	DIÁLOGOS CONCEITUAIS E VIVENCIAIS.....	29
2.1	VIVÊNCIAS TILSP E REPRESENTATIVIDADE.....	38
2.2	VIVÊNCIAS DOS CORPOS PRETOS NA RELAÇÃO COM LÍNGUAS DE SINAIS.....	53
3	CONSTRUINDO OUTROS DIÁLOGOS PARA TILSP.....	63
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
	REFERÊNCIAS.....	83
	ANEXO.....	87

1. INTRODUÇÃO

Sou Helen, mulher preta natural da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Meu primeiro contato com a Língua Brasileira de Sinais - Libras deu-se por volta dos meus 16 anos. Esse contato ocorreu em uma escola, que na época disponibilizava aulas abertas de Libras à comunidade. Fiquei nesse curso por dois anos e foi ali que adquiri fluência na língua, muito antes de ingressar na universidade. Venho de uma família cristã e, desde o berço, um dos costumes básicos era o de que as mulheres não utilizassem pinturas com fins estéticos, fosse como maquiagem, cabelo ou unhas. Além disso, não era recomendado o uso de joias ou bijuterias.

Alguns anos mais tarde, já dentro da comunidade surda, escolhi atuar como intérprete de Libras-Português. Nesse contexto, percebi algumas características que eram semelhantes àquelas que eu vivenciava na igreja. No quesito físico e estético, valorizava-se uma tendência formal, inspirando formas de vestir e de sinalizar com poucos acessórios e cores neutras e simples. Ou seja, adereços que não chamassem a atenção. Meu aprendizado primário quanto a profissão de intérprete de sinais foi por meio dessas observações, assim como observei a presença de pessoas mais experientes que atuavam na área.

Eu sempre direcionei a minha atenção para o modo como esses profissionais sinalizavam e atuavam, focando em suas performances. Dessa forma, notei um padrão muito recorrente sobre a presença dos intérpretes de Libras-Português nos diferentes contextos que eu os visualizava, fosse na TV durante o horário de propaganda eleitoral, ou entre as classificações indicativas de programas e filmes. O mesmo padrão ocorria na atuação desses profissionais em palestras, minicursos e oficinas que participei, ou ainda nas minhas aulas básicas aprendendo o idioma.

Esse padrão era sempre composto de uma pessoa branca na função de intérprete, vestindo uma camiseta preta, ou completamente de preto. Algo muito parecido com as equipes de organização de eventos, como casamentos e festas. Naquela época, não me passava pela cabeça a possibilidade de existir algum tipo de manual que recomenda práticas de tradução e de interpretação priorizando referências estéticas.

Por meio dessas observações empíricas, fui criando um imaginário de que o “ideal” para atuar profissionalmente como intérprete ou tradutor era daquela forma.

Ou seja, vestir a cor preta. Mesmo que ninguém tenha me dito algo a respeito disso, esse imaginário se perpetuou por muito tempo.

É interessante observar os efeitos das práticas de linguagem e de aprendizado informal. Esse aprendizado através da prática, sem que ninguém lhe diga nada de forma explícita, pode ser um grande influenciador na constituição de um profissional. Parece que você já sabe o que tem que fazer, absorvendo o conteúdo de maneira informal sem ao menos questionar o porquê ou sem entender o real motivo, suas características e justificativas para que determinada prática se estabeleça. Naquela época, a repetição desse padrão estético composto apenas por tradutores ou intérpretes brancos não me incomodava tanto.

Um dos motivos de não ter esse incômodo era o fato de que na minha sala de aula a intérprete referência era parecida comigo - somos pares. Sendo assim, fazemos parte de um mesmo grupo étnico-racial. Mesmo que a minha referência fosse uma mulher preta, ela não fugia do uniforme estético padrão, isto é, o uso da roupa preta. Confesso que ainda não sei explicar como a compreensão desse padrão estético de tradutores e intérpretes brancos me atravessava naquela época. Ainda que a minha referência fosse uma mulher preta, destoávamos nessa realidade em que tradutores e intérpretes de línguas de sinais circulavam e/ou circulam.

Tive conhecimento da existência do código de conduta e ética após meu ingresso na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Ao longo dos anos, fui percebendo que o código de ética também se manifestava nas práticas de tradução e de interpretação, as quais não necessariamente estavam institucionalizadas. Em sala de aula, fui observando que a menção do referido documento não era algum tipo de “camisa de força” ou de estatuto que os professores carregavam debaixo do braço, mas ainda assim, o discurso e a ideologia sobre o uso da cor preta era algo bastante reafirmado pela comunidade.

A prática de usar a cor preta para os intérpretes e tradutores de língua de sinais, mesmo que não fosse exigida por todos os professores, ainda assim era bastante disseminada no ambiente acadêmico. De um modo diferente daquele cobrado na sala de aula em que aprendi no curso básico, ainda assim a cor preta desempenhava um papel importante para as práticas profissionais. Recordo-me do início de uma disciplina em que o professor apresentou o plano de ensino e alertou que os trabalhos daquela matéria seriam aceitos apenas com o uso da camiseta preta.

Não precisávamos frequentar as aulas obrigatoriamente com a camiseta preta, porém as atividades feitas em sala, as que utilizassem registro de vídeo, só seriam aceitas mediante a norma da vestimenta. Aos poucos, a cobrança e as diferentes percepções que ela desencadeou foram provocando reflexões. Por exemplo, na sala de aula, tanto os intérpretes de Libras-Português, que acompanhavam as aulas, quanto o professor, mantinham essa medida, estando sempre a caráter e alinhados ao “uniforme” preto.

Essas exigências estéticas me incomodavam não somente quanto ao uso, mas quanto a aceitação da prática sem uma discussão mais profunda, ou mesmo pesquisas que suscitam debates em torno do tema. Na verdade, não só a mim, pois os demais colegas também se incomodavam, fato esse percebido e compartilhado nas conversas informais de turma.

Por um lado, mesmo com esse desconforto, ainda assim, eu não tinha subsídios e embasamentos teóricos para investigar a raiz dessa inquietação. Por outro lado, tampouco eu tinha o apoio dos colegas para seguir em frente no debate, mesmo aqueles mais desejosos por entender melhor essa prática. Mesmo que eu soubesse os motivos pelos quais o hábito de usar a camiseta preta me incomodava tanto, ainda assim, eu desconfiava de que não eram pelos mesmos motivos que meus colegas ficavam incomodados.

No meu caso, a situação ia além da cor da roupa. A falta de ter com quem falar sobre isso, uma escuta qualificada de alguém que poderia entender os atravessamentos sobre o uso da camiseta preta para pessoas pretas, dificultava a possibilidade de pesquisar a fundo a temática. Tive conhecimento real do código de ética dos tradutores intérpretes de Libras-Português somente no ano de 2019, o que me motivou desde então a desenvolver uma reflexão sobre o corpo preto e o modo como ele circula nas práticas de tradução e interpretação de línguas de sinais, em ambientes institucionais ou não.

Por esses motivos, inquietações e reflexões necessárias sobre o campo, é que proponho a temática do presente Trabalho de Conclusão de Curso, a saber: “O corpo preto e os efeitos das normas estéticas que perpassam o tradutor intérprete de Libras-Português”. Foi um processo compreender os motivos e os atravessamentos dessa temática no meu corpo enquanto tradutora e intérprete, e por consequência, do quanto foi difícil abordar o tema e desenvolver o presente

texto. Inicialmente, fiquei desanimada por não ter outros colegas pretos, seja como alunos dos cursos de Letras-Libras ou profissionais TILSP que atuam em sala de aula e demais ambientes da universidade.

Não encontrava meus pares nem mesmo no grupo de professores. Aos poucos, isso me limitava quanto a ter com quem falar sobre essa temática, pois meus pares que se faziam presentes no curso não se indignaram com esse meu “incômodo” em relação a padronização presente nas práticas de tradução e de interpretação de línguas de sinais. Minha decisão de discutir sobre o tema demorou muitos meses, pois havia a necessidade de construir repertório de leitura para a base do meu referencial teórico, bem como contatar a orientadora para desenhar comigo e sistematizar a presente reflexão.

Mediante a ausência dos meus pares pretos, tanto física quanto consciente a respeito do padrão imposto, logo pensei no pacto da branquitude. Ou seja, Santa Catarina é um estado majoritariamente branco, o que colabora significativamente para a existência do pacto da branquitude. Nesse contexto, o pacto da branquitude é entendido como a preferência por/entre/para pessoas brancas, independente de suas habilidades ou conhecimentos, a fim de criar e manter normativas que só lhes cabem e servem a si e aos seus próprios grupos.

No campo da tradução e interpretação de Libras-Português, ao meu ver, isso é muito evidente no quesito da aparência, da estética e de suas implicações para os serviços prestados por esses profissionais aos diversos ambientes, sejam eles institucionais ou não. Durante os anos em que estive cursando minha graduação em sala de aula, tive a presença de apenas uma intérprete negra de forma regular. É indiscutível que a grande maioria das pessoas brancas, e por consequência, dos intérpretes brancos, ainda se mantém sendo o padrão pré-estabelecido que alimenta as normativas éticas e estéticas, possibilitando a permanência desse pacto da branquitude.

A dificuldade de encontrar meus pares na região sul do país foi um impacto e tanto. Afinal, para quem saiu de Minas Gerais, onde a população negra é de 53%, o contraste que isso reflete é gritante. Minha referência de tradutor-intérprete de libras-português sempre foi uma mulher preta, ela foi a primeira e única recorrente em sala de aula. A Bruna foi a responsável por me incentivar e desafiar, um verdadeiro modelo. A representação de que eu poderia chegar onde quisesse,

porque se ela chegou onde estava, sem a graduação específica em Letras Libras, eu poderia ir além do que ela alcançou. Ela foi uma das primeiras a acreditar no meu potencial e incentivar minha caminhada na área da Língua de Sinais.

A procura por meus pares aqui na região sul sempre foi inquietante, especificamente na minha área de atuação. Até encontrei, como citado anteriormente, mas não nessa região, sempre fora daqui. Me parece que mesmo que se formem aqui, TILSP não se mantém e nem residem nessa região do país. Sendo assim, pontuo que meus iguais nessa área são notados, eu os encontro, mas majoritariamente de passagem ou de visita por aqui no sul. O que me faz pensar que muito provavelmente devido a isso, acabei evitando e postergando durante um tempo a decisão de abordar mesmo esse tema.

Quase como que uma amarra invisível que me limitava a engolir esse padrão estético sem forças para revidar a altura por falta de apoio e de representações. A presença de intérpretes pretos pode se notar quando temos uma temática voltada para a cultura e identidade desses povos. Ou ainda, quando esses pares compreendem a importância e lutam por ocupar esses espaços, que na grande maioria não se encontram em regiões majoritariamente brancas no território brasileiro.

Hoje, ao pensar sobre tudo isso e sua consequência para os atravessamentos normativos e estéticos para o corpo preto dos TILSP, volto de forma gradual para algumas memórias importantes. Essas experiências foram mostrando-me o quanto o pacto da branquitude nos afasta dos nossos pares, algo que me fez compreender o quão longe eu também estava da minha comunidade, tanto em termos de coletivo quanto de consciência negra. O quanto não percebia ações como essas, às quais me limitavam, privando a liberdade do meu corpo e dificultando minha evolução.

Essa privação do corpo, por exemplo, explica minha falta de compreensão sobre experiências e acontecimentos que vivenciei na infância e na adolescência. Até meus 19 anos, eu não entendia porque algumas coisas aconteciam e o que alimentava essas inúmeras situações que geravam desconforto pessoal. Me descobri **negra** no período inicial da minha juventude e percebi os motivos dos desconfortos vivenciados até então. A sensação de alívio que aquele momento proporcionou foi significativa, pois identifiquei meus pares.

Foi também nessa descoberta que eu soube o que me aprisionava. Se por um lado o alívio foi importante, por outro emergiu o sentimento de angústia, afinal, é avassalador descobrir que todos os iguais a mim passaram e passam pelas mesmas situações. Pedro, meu melhor amigo, foi o grande responsável por nomear minha identidade, pois até esse momento ela estava adormecida. Ele soltou a seguinte frase: "*você é uma mulher negra linda*". Eu só conseguia ouvir a palavra **negra**. Por um milésimo de segundo, todas as situações desconfortáveis que passei vieram como *flashes* na minha cabeça.

Eu compreendi o motivo de tudo aquilo me atravessar. Era isso, pois eu era negra e, por esse motivo, passei por todos aqueles desconfortos. Esse momento foi crucial, pois dali em diante eu nunca mais fui capaz de "desver", nem mesmo fechar os olhos para essas circunstâncias, fosse comigo ou com meus iguais, irmãos e irmãs. Ou seja, não era mais viável ficar calada diante de práticas racistas. Foi exatamente esse despertar que me proporcionou levantar debates sobre temas envolvendo as normativas éticas e estéticas presentes nas práticas de tradução e interpretação, sejam elas institucionais ou não.

O caminho do autorreconhecimento é processual e nem sempre fácil, afinal, conectar memórias para partilhar essas impressões e vivências torna-se um desafio, ainda mais estando tão longe de casa e numa cidade tão branca como Florianópolis. Inicialmente, o fato de não conseguir identificar e/ou não encontrar meus pares, contribuiu para algumas percepções. Uma delas foi a de que essa caminhada individual deles quanto a própria identidade fez com que nos mantivéssemos afastados uns dos outros, contribuindo para que boa parte de nós abraçássemos essas ideologias que nos separam e aprisionam, sejam essas atitudes conscientes ou não.

Essa caminhada e as descobertas que ela revela podem impactar nas práticas de tradução e interpretação de línguas de sinais, pois não estamos distantes dos efeitos desses atravessamentos, sejam eles raciais, linguísticos, culturais ou políticos. A universidade é um espaço de constantes violências. É preciso cautela quando se deseja questionar normas. Certa vez ouvi dizer que o ambiente acadêmico é uma provinha do que vamos vivenciar lá fora na sociedade em geral, e isso trás a tona o quão plural são esses dois conjuntos.

Entretanto, até arrisco dizer que se fecharmos os olhos e *nichar* bem, quase

acreditamos que somos um padrão, todos iguais. Aprender a conviver com a pluralidade e com a diferença é um dos quesitos fundamentais de se viver em sociedade, ou pelo menos deveria ser. Porém, o discurso de imaginário social que ainda expressam por aí é que “somos todos iguais”. Conceito esse que apenas invisibiliza e apaga a interseccionalidade dos corpos e inviabiliza políticas de equidade.

Crenshaw define interseccionalidade como sendo a articulação de eixos de poder e de discriminação que estruturalmente produzem opressão, desatacando os eixos de racismo, patriarcado e a estrutura de classe. Interseccionalidade: surgimento e definição. O termo “interseccionalidade” foi cunhado em 1989 pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw, como crítica do feminismo negro à tendência de abordar “raça e gênero como categorias mutuamente exclusivas de experiência e análise” (CRENSHAW, 1989).

A criação de uma comunidade imaginária em que as pessoas pretas são todas iguais e agem de determinada forma, faz com que as instituições nos igualem diante das mesmas condições. Nossas identidades, histórias, vivências e corpos são diferentes e, portanto, demandam que sejam compreendidas de forma plural. As instituições de formação acadêmica e entidades representativas, sejam elas oriundas de movimentos sociais ou de coletivos institucionais, têm a responsabilidade de criar políticas que sejam acolhedoras.

Dessa forma, um código de conduta e ética que tenta moldar, literalmente não nos cabe, muito pelo contrário, ele limita e poda, privando a liberdade do meu corpo e identidade. De modo geral, normativas são uma forma de controle social e cada grupo desenvolve a sua, na intenção de definir o que é ideal para cada contexto.

No campo da Língua Brasileira de Sinais - Libras, temos o código de conduta e ética indicado para TILSPs que atuam em contextos institucionais, o qual ao meu ver contribui fortemente para organizar e padronizar os corpos desses profissionais. Essa inquietação com as normas e as implicações que elas podem causar nas práticas de tradução e interpretação de pessoas, considerando as pluralidades linguísticas, étnicas e culturais existentes, leva-me para o pensamento de Ângela Davis. Uma das célebres frases de Davis diz: “(...) eu não estou mais aceitando aquilo que eu não posso mudar. Estou mudando aquilo que não posso

aceitar”. O TILSP desenvolve contribuições significativas, promovendo, por meio dos serviços de tradução e de interpretação, a quebra de barreiras linguísticas e aproximações culturais.

Segundo Nogueira (2016), esse profissional é responsável pela mediação entre duas línguas, possibilitando a interação entre os falantes de uma e da outra, respectivamente. Nessa mediação, a diferenciação dos serviços de tradução e de interpretação entram em cena. Normalmente, na tradução temos registro do material traduzido ou mesmo do processo tradutório, diferentemente da interpretação, que não obrigatoriamente precisa desse pré-requisito. Na atuação desses profissionais há um ponto em comum. Ainda que o TILSP desenvolva tanto atividades de tradução quanto de interpretação, cabe dizer que a exposição é um fato real, visto que a Libras é uma língua gestual visual.

Nos processos interpretativos, o texto falado perpassa o corpo do intérprete, sendo expressado através de movimentos corporais, das mãos e das expressões faciais, sejam elas manuais ou não. Sendo assim, esse corpo está mais visível e muito mais propício a sofrer violências, sejam elas visíveis ou veladas. Vale destacar ao que me refiro ao pontuar CORPO. No dicionário, corpo refere-se à “materialidade do ser; carne, estrutura física de um organismo vivo na configuração da espécie humana, o conjunto formado por cabeça, tronco e membros”.

Então, o corpo é essa estrutura de carne, composta por cabeça, tronco e membros. Esses corpos podem ser variados em tamanho e forma, raça, cor ou etnia, gênero, dentre tantas outras características que possam individualizá-los e ao mesmo tempo encaixá-los em grupos de pares semelhantes. Sendo uma pessoa preta, é bem comum em espaços novos, diante de pessoas desconhecidas, fazer o reconhecimento do espaço à procura dos meus pares e me perguntar “quantos de nós estão aqui?”.

Este é o momento que corro os olhos buscando encontrá-los. Através de características semelhantes, os ditos fenótipos! Dessa forma conseguimos saber quem são nossos iguais, e conseqüentemente quem não é. Isso significa que quando não encontramos nossos pares, a diversidade não está presente ali. Assim como notar que a homogeneidade difundida continua sendo Branca!

Considerando os aspectos acima, podemos começar a compreender o que Du Bois (1903) e Franklin (1993), queriam dizer ao excluir que existe uma linha da

cor em que os corpos não brancos atravessam. Os autores pontuam a presença desses corpos considerados diferentes, ou seja, os não brancos, especialmente nos âmbitos profissionais, os quais cada vez mais são ocupados.

Nesses contextos, a atuação desses corpos é embasada em um código padrão que orienta, através da estética, a performance ideal para o exercício desses profissionais. Com base nas normativas atuais, a existência de um suposto imaginário social pela branquitude opera-se nas práticas profissionais e nas demandas que elas apresentam. Uma das consequências desse imaginário é universalizar os sujeitos, apagando suas características identitárias. Corpos considerados destoantes da norma padrão normalmente são concebidos e apontados como irregulares e/ou desnecessários.

Ao pensar nas contribuições de Du Bois (1903) e de Franklin (1993), articulados aos serviços de tradução e interpretação, vale ressaltar um ponto importante: um dos papéis primordiais para tradutores e intérpretes é o de mediar um diálogo entre as partes que não compartilham o mesmo idioma, especialmente no campo da Interpretação Comunitária. No caso de um TILSP, os marcadores identitários de um corpo, apenas por ser diferente, podem oferecer pistas que atravessam a sua função. Ainda que a função principal desse profissional seja a de mediar as interações de pessoas que não falam a mesma língua, elementos interseccionais oriundos de raça, classe e gênero podem atravessar suas práticas tradutórias e interpretativas.

Não há leis que determinem o uso da cor preta para TILSP, mas nos documentos normativos, ou mesmo de conduta ética, destaca-se a recomendação de usar a cor preta, dada a neutralidade e imparcialidade que essa cor remete. Usar uma roupa que não contraste com a cor da pele do tradutor e intérprete é a indicação mais frequente para a atuação de TILSP. Se na tradução essa recomendação não apresenta tantas indagações, na interpretação os questionamentos são vários, desde questões normativas, estéticas e/ou étnico-raciais. Um exemplo dessas normativas são as recomendações dadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Para a boa visualização da interpretação, devem ser atendidas as seguintes condições: “a) a vestimenta, a pele e o cabelo do intérprete devem ser contrastantes entre si e entre o fundo”; E “b) devem ser evitados fundo e vestimenta em tons

próximos ao tom da pele do intérprete;” (ABNT/NBR, 2005, p. 9). Essas normativas não levam em consideração as singularidades étnicas e culturais presentes em uma sociedade, somente a norma técnica. O corpo preto é apagado historicamente por questões atreladas ao racismo, afinal esse corpo destoa nitidamente daqueles que são considerados padrão.

O povo preto têm sua própria cultura, ideologia e religião, as quais são constantemente atacadas em prol do pensamento e das práticas de branqueamento racial. E o que a tradução e a interpretação têm a ver com isso? Essas atividades não estão dissociadas dessas discussões e atravessamentos, sejam eles sociais, culturais ou linguísticos. Tradicionalmente, é cultural do imaginário social associar o corpo preto a não inteligência ou falta de capacidade intelectual, além da não autonomia ou independência, pois isso está na estrutura social, mesmo que se negue tal afirmação.

Intrinsecamente atrelado ao **racismo estrutural** quando se trata do que solicitam ou esperam que seja apresentado. As instituições não estão desligadas desse aparato social onde se tem um padrão pré-estabelecido e que inquestionavelmente vão cobrá-lo sem refletir ou sequer dar atenção quando o questionamento é ou for questionado. Um argumento defendido pelo corpo preto só é passível de adesão quando outro corpo branco dá aval. Quando mesmo diante de pautas de interseccionalidade o espaço de aprendizagem não está disposto a abrir ou permitir tais discussões, estamos de mão dadas com o racismo estrutural que ainda divide esses corpos separando-os e decidindo quais são passíveis de aceitação e quais não são.

O corpo preto por séculos não foi considerado humano, ainda hoje lutamos para ingresso e permanência em instituições de ensino e mesmo lá de dentro ainda fazem com que nos sintamos excluídos. O racismo estrutural é uma extensão das intolerâncias que ainda são vigentes em nossa sociedade. A partir dessa visão de mundo e de sociedade, os sujeitos negros têm sido concebidos dessa forma em diferentes épocas.

Ainda que inconscientemente, as identidades negras são minimizadas e não olhadas por sua potência. São corpos que foram pensados como domáveis e subalternos - nunca nos foi dada a possibilidade de emancipação para seguir com nossos ritos e costumes de forma livre e autônoma. Estamos diante de normas que

privam a liberdade dos nossos corpos em ser como são, regras que nos oprimem quando nos é aconselhado se portar ou agir de tais jeitos, como se sempre precisássemos de ajustes.

Alguns podem pensar que essa não é uma conversa necessária, porém, como afirma a filósofa Djamila Ribeiro: “se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível”. (RIBEIRO, 2017, p. 25). Em uma conversa com um colega africano, sobre as impressões e não compreensões que ele tinha com os afro-brasileiros, nas palavras dele, “aqui no Brasil vocês andam fantasiados de preto”, ao qual imediatamente respondi que: “em um país onde se é apagado constantemente, na hora que chega o autorreconhecimento enquanto uma pessoa preta, torna-se necessário se reafirmar diariamente.

Essa é uma forma de resistência!”. Ou seja, diante de todo esse contexto, é impossível “desver” as tentativas de apagamento do meu corpo e das minhas marcas identitárias na vida cotidiana, seja ela pessoal ou profissional. Nessa perspectiva, quando embasados em normas estéticas, o meu corpo é visto como não ideal, necessitando ajustes. A minha pele preta é a primeira coisa que as pessoas veem quando eu chego em algum lugar. É isso que sou e não há como desfazer esse fato - essa é a minha identidade.

Tal como uma pessoa asiática, cujo corpo carrega traços da sua identidade, nacionalidade, cultura; assim também são as pessoas árabes, indianas, judias, indígenas e outros. Não é de hoje que há tentativas de embranquecimento em nossa sociedade. O Brasil importou muito das teorias eugenistas, justamente com o objetivo de livrar a população dos genes considerados ruins. Tais genes, nessa visão, eram oriundos do sangue das pessoas pretas.

O conceito de eugenia, em alguns dicionários, está atrelada ao significado da seleção dos seres humanos com base em suas características hereditárias, com objetivo de melhorar as gerações futuras. A palavra eugenia deriva do grego e significa “bom em sua origem ou bem nascido”. A eugenia defende que raças superiores e de melhores estirpes conseguem prevalecer de maneira mais adequada ao ambiente.

Alinhada à teoria eugenista, foi criada a política de branqueamento que veio ao fim do século 19 e início do século 20, quando o Estado desejava importar da

Europa uma teoria de que daria ao Brasil a possibilidade de se transformar em uma sociedade civilizada. Encabeçado por cientistas que abraçaram tais teorias, as moldaram e as adaptaram com o objetivo de erradicar as raças inferiores (os negros, agora livres) no país, mediante ao cruzamento das raças.

Migraram os europeus para cá, na intenção de repassarem seus costumes e tradições nesse território e salvarem o Brasil do que seria uma herança africana, livrando as futuras gerações de genes errôneos. O controle das ideias é uma ferramenta eficaz que dita o que é aceitável e o que é repugnante, um corpo preto sempre destoará do que é ideal, pois esse ideal é branco e, como eu já disse, se tem algo que não pode ser alterado é esse marcador identitário que, onde quer que eu vá, continuarei sendo negra.

Por todas as reflexões mencionadas até aqui, e também como uma justificativa importante, tanto do ponto de vista pessoal, como também profissional, é que emerge o objeto desse Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, a saber: “O corpo preto e os efeitos das normas estéticas que perpassam o tradutor-intérprete de Libras-Português”. Dessa forma, a pergunta central que embasa o texto é: como as normativas estéticas podem atravessar o corpo preto dos tradutores e intérpretes? Este trabalho é um convite para refletir sobre o impacto dessas normativas estéticas no corpo preto desses profissionais.

O **objetivo geral** é descrever como os efeitos racistas operam nos contextos envolvendo tradução e interpretação de línguas de sinais, tomando para isso normativas e documentos norteadores da área. Além disso, como **objetivos específicos**, foram estabelecidos os seguintes:

(i) narrar minhas experiências pessoais como tradutora e intérprete, traçando um caminho metodológico de cunho autoetnográfico, a fim de mostrar alguns dos efeitos causados pelas normativas estéticas sobre tradução e interpretação de Libras-Português;

(ii) articular vivências sobre tradução e interpretação de Libras-Português e espaços de construção sobre a presença do corpo preto, possibilitando importantes reflexões para os cursos de Letras-Libras;

(iii) discutir as questões estéticas e suas implicações para o corpo preto, tomando como base os documentos normativos da profissão de tradutores e intérpretes de Libras-Português.

Assim, o presente trabalho organiza-se da seguinte forma. No capítulo 1, início com a introdução, contextualizando o objeto e suas justificativas, passando pela pergunta de pesquisa e os objetivos apresentados.

Na sequência, no capítulo 2, discuto alguns dos principais autores e conceitos que podem colaborar para compreender as implicações das normativas estéticas sobre o corpo preto dos tradutores e intérpretes de Libras-Português. Por fim, no capítulo 3, ilustro algumas das minhas experiências vivenciadas como tradutora e intérprete, e com base nos documentos normativos, vou tecendo algumas das reflexões em diálogo com o objeto examinado nesse trabalho.

Além de discutir, espero que com esse trabalho possamos instigar o público alvo a fim de não permanecerem inertes ao debate levantado. Iniciar essa conversa escancarando os pontos é o primeiro grande passo, na esperança de provocá-los no mesmo nível de incômodo que senti e sinto.

Para romper essa barreira de silêncio sobre a temática, para aqueles que acham desnecessária a discussão! Começar desmistificando esse tema para no futuro nos depararmos com novas pesquisas de reflexão para pôr em prática.

2. DIÁLOGOS CONCEITUAIS E VIVENCIAIS

A Língua Brasileira de Sinais - Libras, reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda desde o ano de 2002, é expressada, produzida e percebida por meio do corpo, destacando fortemente a modalidade gestual visual como uma característica relevante para essa língua. Harrison (2014) afirma justamente as qualidades visuais e corporais que se apresentam nas línguas de sinais, ou seja, “envolvendo os múltiplos aspectos desse corpo; sendo movimentos dele incluindo as mãos, e as expressões faciais feitas à frente do corpo - o sujeito recebe as informações pela visão, por isso é uma língua visuo-espacial”. (HARRISON, 2014, p. 31).

Pensando nessas propriedades da língua, torna-se comum a exposição do corpo, seja para pessoas que utilizam Libras nos diversos contextos, ou mesmo para tradutores e intérpretes. Nos contextos de conferência, a exposição do corpo desse tradutor e intérprete de Libras – Português é bastante comum.

É frequente que esse profissional esteja posicionado em um dos cantos do palco, normalmente em pé. Ou seja, visivelmente exposto, considerando a direção de interpretação de Português para Libras. Os contextos de conferência (palestras, seminários, workshops e afins) são reconhecidos pelo grau de formalidade existente, exigindo que os intérpretes estejam atentos para esses e outros requisitos. Neste caso, estamos acostumados a ver o tradutor-intérprete de língua de sinais e língua portuguesa, conhecido popularmente como TILSP, atuando em equipe e com posturas características desse contexto.

Formalidade e aparência nesses eventos são bastante cobradas, diante da estrutura e da importância social que as pessoas atribuem para essa conjuntura. A atuação do TILSP é mais acessada na modalidade que faz o caminho da língua oral para a sinalizada. Embora o Brasil tenha 10% da sua população de indivíduos surdos, eles compõem uma minoria linguística. Todavia, a expansão de produção desses sujeitos como protagonistas ao narrar a própria história ainda é pouca, mesmo que crescente desde a Lei de Libras (nº.10.436/2002).

Essa lei propiciou a criação dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Letras-Libras, possibilitando formação qualificada para professores de Libras e tradutores e intérpretes. Entretanto, existe uma relação de poder entre grupos em que um domina o outro que é diferente, pautando regras vinculadas ao que é

aceitável diante da dita normalidade. Ao meu ver, as normativas são o viés construído com a intenção de organizar um conjunto de coisas, pessoas, comunidades e povos.

Ela existe para regular e parte do princípio de controlar, promovendo relações hierárquicas que asseguram lugares de opressão. Em outras palavras, do meu ponto de vista, a norma é utilizada como uma desculpa para assegurar um desempenho excelente, além de separar e identificar quem é convidado e quem é servidor. Para os TILSP, as normas e condutas também fazem parte do cotidiano e exercem relações de poder.

Como falado anteriormente, a postura formal e a aparência estética são fundamentalmente cobradas em contextos de conferências. No âmbito nacional, no campo da tradução e interpretação de línguas de sinais, temos alguns documentos normativos importantes para atuação dos TILSP, dentre eles, o código de ética da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, amplamente divulgado e publicado por Quadros (2002), e o Código de Conduta e Ética vigente, publicado no ano de 2014 pela Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais – Febrapils.

O código de conduta e ética é um guia de práticas para garantir uma boa atuação desses profissionais. Há informações presentes nessas normativas, as quais merecem reflexão, pois nem tudo está escrito de forma literal e escancarada. Há algumas interpretações de senso comum que são repassadas adiante, tendo essas normativas como base para formar práticas em cima de contextos sociais diversos. Um exemplo disso são as normativas estéticas.

Ao destacar o ponto da aparência estética, é possível visualizar as normativas presentes no código de ética, seja no antigo (Quadros, 2002) ou no atualizado (Febrapils, 2014). Para eventos grandes, tais como aqueles que ocorrem com frequência nos contextos de conferência, a aparência formal é um pré-requisito básico. Maquiagem, cabelo, iluminação e outros são considerados elementos primordiais e que merecem cuidados, a fim de garantir um material com excelência, evitando que algo saia de “qualquer jeito” e/ou sem o devido profissionalismo.

Em contextos comunitários, muitas vezes não há tempo nem para a troca de roupa, tampouco para pensar em vestir-se de acordo com a norma. A depender da urgência, saímos como estamos. Afinal, a comunicação, sua proficiência e sua

capacidade cognitiva durante a mediação entre as partes envolvidas é o fundamental nessa hora. A predominância da cor preta é uma forma de nos colocar ao fundo da tela e sem destaque, afinal, para a organização dos eventos, a referida cor é utilizada justamente para não chamar a atenção.

O que percebo é uma categoria sendo posta contra a outra, sem o mínimo de respeito em relação ao lugar de cada uma das partes. Dentro de uma minoria linguística como a comunidade surda, posta sob o imaginário social normativo, existe a desassociação do corpo fora do padrão ao lugar de tradutor-intérprete de libras-português. É uma prática excludente não debater normativas que tentam enquadrar nossos corpos todos os dias em padrões rígidos.

Tal falta de diálogo configura cumplicidade dessa prática que, além de excluir, apaga e violenta corpos diferentes. Poder pontuar e enxergar corpos distintos é urgentemente necessário! Tendo seu corpo, que sinaliza em forma de produção de texto (visual), que percorre esse suporte/corpo e, portanto, é expressado por ele. Um corpo que também está propício a passar por normativas impostas por discursos, leis e práticas tradutórias.

Nesse sentido, entendo a lei como um conjunto de normas que tem por objetivo controlar comunidades, povos e corpos por meio de padrões normativos, impondo aquilo que é considerado ideal e aceitável. Sendo o corpo do TILSP seu material de trabalho, estando a maior parte do tempo exposto e sendo observado, assim como sua aparência estética, todas essas questões discutidas até aqui atravessam esse corpo. Essas questões se tornam ainda mais evidentes quando falamos de um corpo não branco. Dentro do imaginário comum e social, temos um conjunto de características que não se enquadram na maioria das identidades espalhadas nessa sociedade.

Há corpos que são explorados e assassinados há mais de 500 anos. São esses mesmos corpos que lutam até hoje por espaço, direitos e cidadania. Desse modo, o corpo pelo qual percorre o texto em Libras precisa ser visto não apenas como suporte para visualizar essa mensagem, mas também reconhecido como um indivíduo. Como afirma Azevedo (2018, p. 5) "o corpo também é instrumento de resistência às formas de objetificação". É nesse sentido que pretendemos investigar o corpo enquanto espaço heterotópico: um corpo que resiste. É preciso olhar para esses corpos, mas não na intenção de consertá-los, afinal não estão quebrados.

Perdi a conta de quantas vezes travei, parei, escrevi, apaguei, cortei, dividi e

organizei esse conjunto de letras, que juntas formam palavras, que unidas buscam se transformar em um texto coerente e apresentável. Acho que tudo parte da dificuldade de organizar uma sequência linear atrelada a uma forma, tendo como objetivo algum tipo de aprovação. Seja precisando agrupar tudo em folhas virtuais ou físicas, um emaranhado de escritos que devem comprovar a percepção de uma ideia.

Colocar tudo que penso aqui já é (quase) impossível fazê-lo, quem dirá seguindo tantas normas. A reflexão proposta neste trabalho de conclusão de curso é autoetnográfica, partindo de um corpo uterino vulnerável, preto e pobre. Através dessa escrita, venho partilhar um pedaço do que tenho notado e vivido nos últimos anos. Uma verdadeira descoberta no campo de atuação da língua de sinais e dos impactos que perpassam o corpo preto do TILSP. São vários os elementos que atravessam a construção dessa escrita, a começar pelas questões identitárias.

Com o conhecimento de causa que embasa minha análise, elaborei algumas observações, e venho mostrá-las neste trabalho, a fim de expor que os diálogos conceituais também devem estar atrelados aos diálogos vivenciais. Partindo das minhas indignações pessoais, e das perspectivas desse corpo preto, exposto no exercício do ofício de TILSP, é que construo reflexões necessárias e urgentes, com o objetivo de pontuar práticas que propagam microviolências contra o corpo que difere do considerado padrão.

Venho apelar à necessidade de externalizar e explicar tais violências diferidas e direcionadas a corpos como o meu, os quais são afetados por atos que fazem duvidar da liberdade desse corpo, principalmente nessa área de tamanha exposição. Para abrir essa discussão, trago **Hilton Cobra**, ator e diretor de teatro que expõe no interlúdio do videoclipe do rapper nordestino, Baco Exu do Blues, uma metáfora reflexiva relacionada a metais e os povos do Brasil:

A prata é um metal com poder de reflexão muito elevado, do latim *argentum* significa brilhante, nossa pele é de prata, reflete luz - um brilho tão intenso que eu me pergunto porque o ouro é tão querido e a prata subvalorizada? Alguns hão de responder que é porque a prata é sempre encontrada com mais facilidade. Reflita, o Brasil tem uma população de negros maior do que a de brancos temos menos valor por sermos maioria, a ironia da maioria virar minoria. (HILTON COBRA, 2018).

A relação de poder descrita por Hilton Cobra me faz pensar em duas coisas

referente a esse assunto: (1) a posição de pessoas pretas e (2) a posição de TILSP. Nessa relação de poder de minoria, a pessoa preta está à margem. Considerando essa pessoa preta como intérprete dentro da comunidade surda, ela segue à margem, pois mesmo sendo ouvinte, a posição das pessoas pretas é algo que precisa ser amplamente discutido no âmbito da tradução e interpretação de línguas de sinais.

A comunidade é surda, o intérprete não, mostrando-nos que a relação de poder nesse espaço está para o indivíduo surdo enquanto protagonista. Agora, como não reproduzir contra esse corpo as mesmas discriminações que ele já sofre fora desse convívio de comunidade? Além disso, as normativas estéticas vinculadas à conduta reforçam a necessidade de adequação padrão para esse corpo ainda marginalizado.

Neste trabalho, compartilho algumas das vivências, reflexões e discussões que perpassam o código de conduta e ética destinado aos profissionais TILSP. A afirmação que corpos não brancos sempre ouvem em contextos de entrevista de emprego, quando não conseguimos o trabalho, é justificada pela falta de encaixe ao perfil da vaga.

E isso está diretamente atrelado a aparência, em especial a aparência estética, comprovando que existe um ideal perseguido no mercado. Tal ideal muitas vezes é visto como “adequado” para as práticas de tradução e interpretação sem uma reflexão mais profunda, afinal o que seria adequado? Estou entendendo que de algum modo, a palavra “adequada” remete a um ideal de aparência estética e por si tal assunto já me instiga.

Seria algo que precise de aprovação prévia e/ou adaptação? Se sim, essa aprovação e/ou adaptação é de quem e para quem? Nossa sociedade é permeada pelas relações de poder e como tal, os papéis de quem exerce controle e quem é controlado são visíveis, porém nem tanto discutidos em algumas áreas.

Em um tabuleiro, onde se intitula o aceitável e o que não convém, cria-se um controle através da hierarquia de uns acima de outros. Uma das formas disso operacionalizar-se com maior evidência é da criação de leis, pois as normativas impõem necessariamente duas opções, aliás como se existissem apenas essas alternativas. Nessas condições, apenas duas escolhas seriam possíveis, restando aderir ou ficar à margem.

Esse controle requer dominação e uma das formas que ele emerge é por

meio das regras, às quais se disseminam entre a população, permitindo que o imaginário do “mais forte” e com melhores condições almeje um determinado patamar social. Em outras palavras, a existência de uma ideia que se alia com normas e se dissemina, visando por meio de práticas sociais e culturais. Ninguém deseja ser penalizado por tentar fazer o que deseja, mas para evitar isso a gente se sacrifica e só segue as normativas impostas sem questionar ou reivindicar.

Às vezes me parece que só resta negatividade. Digo isso no duplo sentido da palavra. Refletir sobre essa palavra e as várias interpretações e significados que podem ser atrelados a ela, seja de senso comum, nesse imaginário social ou particular mesmo, me questiono. Seria a negatividade uma prática ruim, como de fato ter pensamentos maus? Ou uma ação “ruim” realizada por uma pessoa negra, por isso NEGA-ATIVIDADE.

Pensar sobre isso me faz refletir sobre muitas coisas, como exemplo, a própria construção desse trabalho de conclusão de curso. A dificuldade em desenvolvê-lo está associada a esse pensamento da negatividade? É limitante, tendo em vista meu desejo por escrever algo e sendo eu uma pessoa preta. Somos provocados a pensar que o que escrevemos não é relevante, ou ainda pior, o que me faz crer que é ruim? Esse é o imaginário social racista ao qual sou exposta e contaminada desde antes dessa existência física. Essas questões vivenciais atravessam o meu corpo e geram efeitos também para pensar as normas estéticas que perpassam a profissão que escolhi, isto é, os TILSP negros.

Essa temática é dolorosa, assim como é dolorosa essa escrita. Refletir sobre algo tão íntimo e particular é um desafio grande. É um tanto filosófico demais pensar sobre essas coisas sozinha, foi então que decidi externalizar, a partir de um longo exercício. Foi um processo gradual e o tempo foi fundamental para isso, pois uma coisa é certa. É preciso fluir, nem que seja com o intuito de aliviar algo, ainda que seja uma forma de denunciar um referido assunto.

Uma professora muito querida na universidade sempre me disse que a escrita é cura. E eu me perguntava sempre, mas é “cura de quê”? Cura de tudo! Desse mundo injusto, dessas leis limitadas, dos pensamentos racistas e da privação de liberdade. É sobre tudo isso que este trabalho discute, a começar pelas minhas indignações no quesito corpo, identidade, pertencimento e pares.

Este trabalho é um diálogo, especialmente para aqueles que têm sua liberdade cerceada quando se trata de explicar práticas racistas e preconceituosas.

A universidade deveria ser um lugar de pessoas conscientes e revolucionárias, e não apenas mais uma das ferramentas aliada ao sistema que nos apaga todos os dias. Ver cotidianamente práticas que fomentam e mantêm um sistema opressor é angustiante e desesperador. Eu imaginei que poderia ser quem eu quisesse, pois escolhi uma profissão que me fez sentir livre.

Porém, quem garante liberdade quando se é preto no Brasil. “Aqui é Brasil, sistema negro” - onde leis e práticas ainda são atreladas a um sistema carcerário de privação do que difere do padrão, aquele mesmo, o branco que por décadas foi e é colocado como o centro do universo. Não é de agora que insistem em tirar nossa humanidade e distanciá-la de tudo que é normal. Quando Skliar (1997, p. 12) diz que o homem só seria homem se não fosse negro, é a fomentação de que o padrão enraizado branco é o comum, aceitável e único como centro de referência. Falar sobre isso foi um desafio.

Esse trabalho consiste no esforço de precisar dizer o óbvio e o que acarreta muitos dilemas, cansaço mental, emocional e físico. Mas é óbvio para quem? Nesse questionamento sempre haverá uma linha tênue entre a necessidade de se partilhar algo “apenas seu” com todos que teoricamente deveriam saber. Quando eu narro a minha história, estou me despindo, partilhando experiências que antes eram apenas minhas, quero ser vista e escutada. Dessa forma eu não estou apenas dizendo o que sou, mas também demarcando o que não sou. Ser protagonista da própria história é uma luta de resistência diária.

Dessa forma, a entrega desse trabalho é um misto de satisfação, necessidade, urgência e alívio, até porque comecei a pincelar sobre essa temática das normativas estéticas e o corpo preto do TILSP em meados de 2019. Aproveitando a iminência de recentes trabalhos que também abordaram esse tema, articular aspectos de negritude nos estudos da tradução e interpretação de língua de sinais é precisamente assertivo e importante.

Apesar da insurgência “recente” de trabalhos abordando esses temas, ainda são poucos, os quais serão tratados na segunda parte deste capítulo. Há ainda muitas possibilidades a serem aprofundadas nessas relações. Sendo uma mulher negra inserida na comunidade surda como TILSP, minhas perspectivas também importam e tenho muito a contribuir com minhas reflexões para esse campo.

De certo modo, é engraçado ter que falar sobre normas pois, diante do meu corpo, elas sempre foram impostas. Além disso, eu sempre estive rodeada daqueles

que parecem nunca ter precisado delas. Essa escrita é dolorosa. Nessa única forma também, pois dominar aquilo que sempre foi barreira para nosso povo chega a ser amargo o gosto, afinal, por quê precisar dessa tecnologia imposta como condição de validação? Me sinto encaixotada, aprisionada como quem veio antes de mim, tal como meus antepassados.

Às vezes, quero sair gritando por aí por mim e por eles, o que não puderam expressar ou foram impedidos ou ainda penalizados quando o fizeram alguns desses gritos. Eu também tenho vontade de sair gritando por aí, mas usando minha voz por meio de intervenções de outra forma. Minha expressão corporal e a busca pela garantia de liberdade dele.

É assim que eu demonstro meus posicionamentos, pensamentos e consciência - eu enfrento dessa forma, porque aprendi com os meus pares. Se manter aqui, em diáspora, é a resistência tal como a de quem diz: "vão ter que me engolir". Ser um corpo que difere das normativas estéticas é difícil, sendo preto vivendo em diáspora no Brasil, mais ainda.

É uma violência para eu me dar conta de que meu campo de trabalho e de formação segue escolhendo práticas tão eurocêntricas que facilitam apagamentos, mantendo essas práticas intactas e silenciando diversos corpos não padrão. Sobre essa minha escolha, quando ingressei no campo das línguas de sinais, achei que tinha optado por uma área libertadora dentro do que me definia na minha expressão. Fui me deixando levar, me acomodando em normas que de alguma forma não me cabiam. Enquanto esse incômodo crescia e eu buscava entender de onde vinha, prolonguei nomear essa discussão e propagá-la até onde eu não suporto mais essas violências.

Mesmo diante de toda a minha consciência dos fatos de quem veio antes e de quem está aqui e agora no presente, ainda não consigo ver a dita liberdade. As escolhas oferecidas não são de fato libertadoras e sim condicionadas. Essa condição para a falsa liberdade continua sendo ideológica e política diante de normativas. "Eles querem matar um mano que **resiste**, e **nós queremos ser livres!**" (BK, 2020).

Falar sobre coisas que parecem particulares, únicas e individuais, nos faz duvidar da legitimidade do que será dito, causando a insegurança desse ato. Fazer com que pensemos que estamos sozinhos é uma das práticas mais desumanas que

existem, afinal coletividade é a chave para dismantelar regimes autoritários. Apontar o que nos incomoda é sempre desafiador, porque tanto podem entender como podem chamar de vitimismo. A abordagem presente nessa pesquisa consiste em partilhar os impactos sofridos pelo corpo preto diante de normas que visam encaixá-lo num padrão pré-estabelecido.

Para os corpos que em vários momentos da história foram rebaixados ou desconsiderados socialmente, tudo aquilo que representa ascensão social é um desafio dobrado. Esses corpos para se expressarem é constantemente doloroso, afinal, só nomear o que se sente demora por si só, quem dirá externalizar. A escrita sempre foi posta como algo relacionado a superioridade, então você é alguém a partir do momento que você escreve!

E nesse quesito corpos pretos e corpos surdos compartilham dessa barreira imposta socialmente. Os surdos diante do contexto linguístico de acesso, onde a primeira língua não é sua língua materna (LIBRAS), e para os corpos pretos todo o histórico de não acesso diante do não reconhecimento da sua humanidade. A interseccionalidade é importante exatamente para alinhar que, mesmo diante de semelhanças, os recortes de impacto atravessam de formas distintas. Falar sobre minhas dores e como elas me abalam não têm que ser minimizadas diante de termos sobre 'quem sofre mais'.

Esse trabalho não é sobre capacitismo vs. racismo ou qualquer outra intolerância ou preconceito, é sobre a ruptura de padrões e como levantar essa temática que ainda parece um tabu, além de como fica difícil escrever sobre tudo isso sem ser indagado sobre a veracidade dessas dores e ainda possuir bons argumentos.

Dói escrever, principalmente quando não é o que os outros querem consumir, mas pior seria ter experienciado tudo isso até aqui e entregar o que era mais fácil. É uma luta diária, a gente tenta não desistir pra conseguir sobreviver, na esperança dum amanhã melhor que hoje!

2.1. VIVÊNCIAS TILSP E REPRESENTATIVIDADE

Para iniciar essa parte, cito HALL (2003). Ele afirma insistentemente que ao trabalharmos com as questões culturais, estaremos sempre em uma área de deslocamento, de tensão e de negociação. Quando se é um corpo marginalizado, deslocar-se é indiscutivelmente obrigatório, como se você fosse uma peça e que te movessem para lá e para cá. Ainda que às vezes estejamos pouco atentos a esses deslocamentos, a tensão nos cerca e causa esse desconforto.

Na sequência desta seção, mostrarei uma série de desconfortos com base em minhas vivências enquanto TILSP, mostrando como a representatividade implica nesses aspectos. A negociação fica evidente quando você está acordado para essas práticas que insistem em moldar a imagem e semelhança delas, normalmente organizadas de forma sistemática e padronizada.

Durante as leituras, observei nas entrevistas a dois colegas negros tradutores e intérpretes de línguas orais (TILOs) que é possível perceber como o racismo atravessa seus corpos, mesmo que eles não estejam tão expostos enquanto quem atua com línguas de sinais. Contudo, a questão que precisa ficar evidente é que esse contraste do padrão imposto está sempre vigente, seja escancarado ou velado, por meio de práticas sociais, atreladas a normativas padronizadas.

O corpo que difere é sempre o mais marcado e alvejado. Um corpo preto está condicionado habitualmente em abrir mão do pouco que é seu para ser aceito dentro dessas normativas. Não é preciso um código para nos ensinar isso, mas tendo ele como um reforço no qual qualquer um pode recorrer como prova de contestação caso alguém queira fugir dela pode-se usar como argumento, afinal ninguém contesta quando a ordem é superior.

Ter um papel é uma prova irrefutável que define certo ou errado, por isso mudá-los é tão difícil. Além disso, desfazer pensamentos ou desvincular práticas é ainda mais trabalhoso. O que estou tentando dizer é que para além das práticas que já são bem alinhadas à normativas no quesito estética, ainda ter como garantia manter um hábito graças a um código escrito faz com que essa prática fique ainda mais forte. Porque parece que se não fosse importante, ela não existiria, ou se fosse

diversa, seria alterada, considerando a interseccionalidade dos corpos.

Os mecanismos do racismo são aperfeiçoados a cada dia quando diante de situações como a do tradutor e intérprete de línguas orais, que narra as pessoas apontarem sua cor para desmerecer sua posição. Quando após muita luta foi finalmente alcançada sua ascensão, ainda assim, o diminuem novamente na cor quando notam seu pertencimento a esses lugares antes negados a grupos minoritários aos quais se pertence. Sabemos que a “raça” negra, a mais escura de todas, era concebida como: menos inteligente, menos honesta e, em consequência disso, sujeita à escravidão, por isso, resumidas a minorias.

Fonseca (2017) entrevistou Amaury Williams de Castro. Nele, o intérprete descreve diversas situações, dentre elas, uma enfrentada no hotel. Particularmente, tais experiências são de embrulhar o estômago, onde não aceitam sua posição puramente pela cor da sua pele. É inadmissível para eles que possamos nos igualar nas posições antes apenas deles. A branquitude não se aquieta enquanto não nos vê humilhados, e farão isso da forma mais injusta, por não aceitarem nossa tomada e ocupação de espaços.

A história do avião também é de chocar, a ignorância de não reconhecer que sabemos mais ou “igual” a eles, chega a ser intragável precisar lidar com isso. Imagina isso todos os dias e em espaços, como o de trabalho. Essas situações reforçam o imaginário social da busca e permanência do padrão, onde é impossível aceitar que alguém que se distancia dele (padrão) pode estar no mesmo patamar, com visibilidade.

Mesmo os TILOs não tendo seus corpos tão expostos quanto os TILSP, esses corpos pretos, quando se ganha destaque, eles vão arrumar um jeito de nos aproximar deles, com frases como “não é necessário isso de cotas exclusivas para negros, temos todas as mesmas oportunidades, é preciso apenas se esforçar”, ou nos afastar de nós mesmos quanto a nossa identidade, dizendo coisas como “você não é negro, é moreno”.

Até quando teremos nossos corpos vítimas de padrões estéticos que apenas nos apagam independente do viés? A identidade consiste em assumir plenamente com orgulho, a condição de negro, em dizer, de cabeça erguida: sou negro. Essa palavra foi despojada de tudo o que carregou no passado, como desprezo, transformando o desprezo numa fonte de orgulho para o negro.

A fidelidade repousa a ligação com a terra-mãe, África, cuja herança deve, custe o que custar, demandar prioridade. A solidariedade é o sentimento que nos liga secretamente todos os irmãos negros do mundo, que nos leva a ajudá-los e a prescrever nossa identidade comum. Aimé Césaire rejeita todas as máscaras brancas que o negro usava e faziam dele uma personalidade emprestada (MUNANGA, 1988, p.44). A parte da infância sobre o descobrir-se negro também me afeta. Tenho para mim que muitos de nós se tornar negro, “Tornar-se negro” (SOUSA, 1983), a partir da compreensão de que o outro é diferente de nós e pelas nossas próprias narrativas vivenciando isso na pele, isso já nos deixa separados dos brancos.

A metáfora real de que até aquele momento o mundo era livre, me faz compreender muito sobre a minha própria descoberta, pois tudo parecia estranho, mas eu nunca soube o porquê. Até aparecer uma palavra para descrever e foi então que tudo se encaixou e a gente que é preto percebe que sempre foi isso. Talvez o não conhecimento sobre isso era o que separava a gente desse mundo em cárcere que vivemos independente do lugar do qual falamos - afinal a diáspora é isso, “um habitar que não é lar, mesmo quando estamos dentro”.

O corpo preto nunca foi livre depois do século XV, quando fomos invadidos, colonizados, sequestrados, vendidos, encarcerados, mortos, segregados, embranquecidos, torturados, alienados, marginalizados e minorizados. Por fim, apagados de tudo que um dia fomos associados. Do ponto de vista das representações do Outro, os viajantes europeus continuaram a se utilizar de seu senso ou sentido de normalidade para identificar as características físicas e culturais “anormais” dos povos com que eles estabeleciam contato e, posteriormente, descreviam.

Isso resultou em uma imagem negativa do Outro que foi usada para definir e legitimar o que era considerado como qualidades positivas de ambos, autor e leitor (SILVERIO, 1999, p.11). Partindo da dominação dos europeus e estando refém de comprar a história única deles, resultou consequentemente em anos de inferiorização de corpos não brancos. Visto que estando um povo escravizado, tantos outros dizimados e inferiorizados por séculos por intermédio de uma história única, colocavam-nos como insetos, a fim de os exterminar.

Não é surpresa compreender que assim fica fácil seguir mantendo um

padrão estético, hierárquico dominante. O perigo da história única é quando espalham por aí, apenas uma fagulha do que seria uma determinada situação. Assim há apenas uma versão da história, ainda mais quando esse é o único que detém o conhecimento e suas ferramentas, tal como a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi (2009) explicou sobre os riscos de uma história única ao conceder uma entrevista no TEDX.

O não olhar por ângulos diferentes de uma mesma história faz com que uma mentira dita muitas vezes se torne verdade. Isso me faz pensar sobre quais foram essas mentiras inventadas, que histórias únicas estamos comprando sem nos questionar sobre quem as conta, e a quem se referem. A palavra normalidade deriva da palavra normal, que significa usual, comum e natural. Partindo disso chegamos em NORMA que por si consiste em preceito, regra, modelo, linha de conduta ou mais, aquilo que regula, procedimentos ou atos, princípios, lei - ainda complementa com padrão estabelecido e costume.

Em sociedades contemporâneas a dominação e controle do Estado é por via de regra. As normas discutidas neste trabalho estão aliadas à realidade dos profissionais TILSP sobre a definição do que é imprescindível em sua atuação. A questão aqui nem é anarquista quanto ao repúdio às normas, mas conseguir identificar a quem elas estão direcionadas, afinal quem está contemplado pelo padrão não se incomoda por ele ser imposto a outros. Quanto mais afastados estamos do padrão ideal, mais sofremos por essas imposições, quanto mais próximo dele estamos, mais cúmplices somos, principalmente quando não fazemos o teste do pescoço em analisar a composição dos grupos.

Não identificar corpos distintos e nem se incomodar com isso é preocupante. No campo das línguas de sinais demorei a entender o motivo de não encontrar com frequência meus pares nesta área ou quando encontrava era sempre nesse estigma de "adequação e encaixe". Toda sociedade possui regras. O objetivo delas é unicamente ordenar e visar o controle. Em outras palavras, controlar os corpos é essencial para manter o status da suposta normalidade.

Existe um padrão significando e destacando o que é normal, o qual pontua o aceitável ou não. E para além do registro escrito há práticas sociais efetivas que por meio de agentes convincentes se tornam referência, estando alinhados às regras. Ainda sobre normas e regras, no campo das línguas de sinais temos um modelo de

normativa, o código de conduta ética que orienta os profissionais TILSP. Tal manual adota condutas prescritivas, principalmente no aspecto da aparência estética do TILSP, argumentando a favor da neutralidade e descrição durante a performance tradutória.

O que pressupõe que para além de postura e conduta adequada, a vestimenta também é alicerce indispensável, no quesito de alinhamento. Esse é um exemplo clássico de padronização dos corpos, pois ao não aceitar corpos que possuem uma estética diferente e contrária do padrão, argumenta-se em favor do código de conduta ética. Antes de aprofundar nosso objeto de investigação do presente trabalho, gostaria de pontuar sobre os órgãos de representação da categoria TILSP.

Toda a abordagem no que se refere à identidade e interseccionalidade de que compõem essa estrutura, cabe também às entidades representativas dos TILSP, garantir o acesso ao debate, especialmente de grupos emergentes dentro da comunidade, possibilitando a abertura de novos debates. Se faltam discussões como essas das normas e suas representações dos TILSP tendo como base um código de conduta e ética é porque faltam também pessoas em cargos de liderança, com poder de fala, com poder de decisão, a fim de opinar, sugerir e não apenas serem consultados como materiais de estudo.

Colocar em prática a inclusão de se posicionar contra qualquer outra forma de opressão ou discriminação, tendo o respeito mútuo entre as diferentes identidades é urgente. Entretanto, se temos uma entidade representativa que não debate essas questões, não se posiciona quando algo referente a não ser vem à tona um determinado tema é importante que pensemos o papel dessas entidades representativas.

Vale lembrar também a relevância em promover a abertura de debates vindos de fora da gestão, os quais levantam problemáticas importantes. Não reconhecendo mudanças ocasionais e necessárias atualmente, continuaremos a exercer práticas de segregação, opressão e padronização hegemônica entre as minorias. Se quando estamos em uma sala onde só tem pessoas como nós e não estranhemos, algo errado está conosco e com a estrutura. Escolheram cores e roupas para o TILSP e, desde então, se tornou um uniforme.

A famigerada camisa preta, que em suma não favorece ninguém, a não ser

que seja branco. Apesar de nunca terem me obrigado a assinar um contrato ou documento dizendo que, a partir do momento em que começar a atuar eu só usaria preto, preciso ser sincera em dizer que em anos da minha atuação profissional foram poucas as vezes que não usei essa cor obrigatoriamente.

É importante um recorte para destacar a diferença conceitual entre tradução e interpretação. Durante toda a leitura e construção deste trabalho, entendo que a interpretação é o texto traduzido de forma oral (sabendo que na língua de sinais a palavra oral está atrelada à expressão/produção, então visual e não auditiva). Todavia, aqui, o recorte quanto a forma de tradução como uma atividade que requer registro e a interpretação não possuindo esse pré-requisito, esse é um dos pontos da distinção no exercício dessas tarefas.

Na tradução, alguns aspectos quanto à aparência do TILSP é ajustável sem qualquer relutância como no caso de acessórios, a forma do uso do cabelo ou ainda a cor da camisa etc. Em alguns materiais de tradução, nota-se uma maior diversidade quanto a aparência desses tradutores, modelos de camisa, cores e tonalidade também.

Na interpretação, essa flexibilidade não ocorre com facilidades, a não ser quando o evento seja de cunho cultural. A liberdade nesse contexto é conforto em escolher o que vestir na hora da atuação como intérprete, até porque o objetivo é sempre conectar aquela experiência com o público-alvo como em shows, contação de história, SLAM com poesia ou contextos de teatro e arte.

Em minha performance como intérprete de Libras no Slam Cruz e Souza, em sua 2ª edição, no ano de 2022, em Florianópolis, fui parabenizada pela foto que escolhi para divulgar minha participação como colaboradora. Na foto, eu visto uma camiseta preta, uso uma pantalon jeans escura até a altura das panturrilhas combinadas com meu *all-star* (botinha) cano curto azul marinho, e estou com tranças amarelas num rabo de cavalo comprido até o quadril.

Figura 1 - Slam Cruz e Sousa

Fonte: Registro do acervo pessoal da autora. Julho/2021

Essa é uma foto original feita em um dos meus primeiros trabalhos remunerados em uma empresa, no ano passado, em 2021. Não foi minha primeira atuação com cabelos coloridos, fora do ambiente universitário. Parece-me que nos espaços culturais, eu desfruto da liberdade de ser quem sou, sem a necessidade de me moldar ou esconder, pois nesse contexto é permitido. Afinal, quando me contrataram foi exatamente visando a diversidade e já tinham noção de como sou, assim desinibida e única.

Escolhi essa foto para divulgar minha participação no Slam, justamente por essa liberdade do pertencer. Pertencer primeiramente a mim mesma. Nessa época, eu já estava de cabelos coloridos, não esse amarelo, mas outro tão chamativo quanto os anteriores. A liberdade que a cultura nos traz é reconfortante, ainda mais nos contextos de representação e de identidade. Nesses contextos, a norma se apresenta de uma outra forma, bem menos opressiva.

No slam me senti pertencente, não sei se pelo contexto ou por conseguir ser eu mesma sem a necessidade de me preocupar em ter que me vestir diferente do que sou. E a poesia no Slam é isso, você performar quem é, sem adereços que não te compõem no dia a dia.

Então eu fui vestida de mim mesma, com meus cabelos coloridos e chamativos, com minhas roupas largas e confortáveis, com meus calçados de cano

alto e com minhas jóias em piercings brilhando feito ouro. Brilhei, como sempre quis, na genuína essência do meu ser, que é não precisar se camuflar ou se esconder.

Figura 2 - Slam Cruz e Sousa



Fonte: A arte de divulgação do SLAM Cruz & Souza - Florianópolis em Maio/2022

Ninguém estranha minha posição nesse ambiente, pois faço parte desse contexto informal, especialmente no slam, que é um espaço multicultural onde as falas e expressões são em forma de depoimentos, desabafos e denúncias. É justo que, como TILSP, eu me despoje dessa versão formal na qual muitas vezes sou colocada. Mesmo em contextos direcionados e específicos, seja em relação ao tema ou ao público-alvo, ainda me vejo refém do uso da camisa preta, quase como uma exigência inquestionável até o momento.

Nessa foto em particular, estou vestindo preto devido à parede branca ao fundo. Muitas vezes, dependendo do empregador ou da equipe, é difícil chegar a um acordo sobre a escolha de uma cor de camisa diferente para a atuação. A camisa

preta ainda é protagonista e é mais fácil/comum seguir essa norma sem questionar - dizem meus colegas TILSP.

Na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, lembro que algumas disciplinas tive professor que dizia apenas aceitar a camisa preta como pré-requisito para a entrega das atividades do semestre. Esse foi o episódio mais escancarado da cobrança desse “uniforme”. Vale salientar que apesar disso em sala de aula os profissionais nunca ousaram desobedecer essa regra.

Até mesmo o professor dessa disciplina incentivava os alunos a usarem apenas o preto quando até ele próprio colocava essa norma em prática. Mais uma vez o controle e a padronização imposta, tanto direta como sutil estava presente. Como já citado anteriormente aqui, o uso do preto por muitas vezes é solicitado pelo contratante.

Em peças de teatro é mais comum, principalmente separando quem é ator ou não. Essa é uma discussão plausível, porém ainda em pauta entre os profissionais TILSP e atores, quanto ao lugar do intérprete e se ele iria ou não compor o cenário vestindo roupas relacionadas ao tema ou coisas do tipo.

Figura 3 - Boi Encantado sobre o Boi de Mamão



Fonte: Antônio Carlos em Julho/2022

Faz pouco tempo que comecei a atuar em contextos culturais e artísticos como citado no Slam. Essa foto acima é uma das primeiras apresentações em contexto teatral e em espaço aberto. O pedido do preto veio por parte do grupo contratante. Mesmo a caráter do traje preto, sinto que meu penteado me faz pertencer à minha própria identidade, assim como se eu estivesse usando meus

tradicionais turbantes. Sem a necessidade de me apagar, seja cultural ou identitário. Somos melhores, quando somos capazes de ser nós mesmos. É nítida a diferença, de conforto, confiança e produção sem todos esses dogmas regrados a padrões estéticos.

Silva (2002) tem uma contribuição importante no que configura a diferença. Eu concordo com o autor quando diz que não há porque tolerar, pedir respeito ou esperar a boa vontade, o diferente pura e simplesmente é diferente. Numa sociedade tão plural, em um país tão misturado, não entendo o porquê da busca da padronização. Na verdade, o viés que enxergo nessa padronização é unicamente do apagamento de outros grupos diferentes.

O conceito de comunidade imaginária tem como conceito a definição de um “somos todos iguais” (Anderson, 2008). Por vezes, essa expressão me atravessa, afinal é bem comum estar em grupo e achar que todos são iguais porque estão em pares. Contudo, é preciso abrir os olhos para as interseccionalidades presentes em cada corpo, mesmo que de alguma forma ele pareça se igualar.

Eu sei o que outro par meu passa, ainda mais se for mulher preta cis, mas haverá outras características que vá nos diferir uma da outra, uma delas pode ser o fato dela ser mãe, por exemplo. E assim por diante em distintos âmbitos e aspectos.

Figura 4 - Conecta Fepese



Fonte: Estagiário Protagonista - UFSC em Setembro/ 2022

O diferente apenas diverge, e isso é puramente natural diante de um mundo tão plural. Na figura 04, é visivelmente o que os autores descrevem, é o simples

divergir. Sou uma mulher negra, nesse registro com cabelos longos e loiros, visto uma camisa de manga longa verde e estou com um lenço que envolve meu cabelo prendendo-o num rabo de cavalo baixo.

Esse foi mais um de tantos momentos onde me olharam de cima a baixo. No olhar deles, se perguntavam se eu era mesmo a intérprete. Sempre me pego pensando sobre essas dúvidas que se tem quando o corpo é preto ou se ele não está vestido a caráter.

O que posso dizer é que mesmo com a roupa a caráter que seria o traje na cor preta eu ainda seria observada com um olhar de cima, carregado de dúvida quanto à minha ocupação. Meu cartão de visita é minha pele e ela eu não posso alterar.

Figura 5 - MBM parceria Odù - Articuladora Cultural



Fonte: Florianópolis em Dezembro/2021

A atuação no Movimento Black Money foi o primeiro evento em que estive alinhada com a parceria (Odù - Articuladora Cultural). O contratante dialogava sobre a escolha das cores das roupas e como essa escolha conjunta conversava com o cenário do evento. Visando a temática de dinheiro movimentado entre pessoas pretas, nada mais justo do que intérpretes que compõem essa identidade.

Atuei entre meus pares, usei outro tom diferente do preto que não contrasta com minha pele e ainda usei minhas tranças grossas e longas loiras. Foi

reconfortante sentir a concordância por parte das equipes, um evento leve e com comprometimento mútuo. Nossa comunicação com o público-alvo não foi prejudicada de forma alguma, mesmo sem o uniforme tradicional, e nossos traços identitários estavam presentes.

Um dos meus colegas até usava um turbante. Foi um final de semana inteiro de evento, incluindo atrações musicais. A ideia era vivenciar momentos como esse em todos os aspectos da atuação, sabendo que não precisamos nos apagar.

Figura 6 - Descentra 2019 - Sarau AfroLíricas na CBJ



Fonte: Belo Horizonte em Abril/2022

A atuação com AfroLíricas foi mais um desses eventos de pertencimento e acolhimento. Estar em um espaço periférico na região de Belo Horizonte rendeu emoções únicas, poder levar a comunidade do CBJ no bairro Califórnia o descobrimento da língua de sinais misturada à cultura. Teve música, brincadeiras, conversas e lanche. Alinhar a língua de sinais a expressões tão populares e comuns do dia a dia, sobre a vivência daqueles pequenos diante das letras de artistas da região, foi mágico.

Mais uma atuação sendo eu mesma, livre de dogmas ou regras. Estávamos em uma quadra aberta, um contexto bem comunitário, diferente dos listados até agora, e eu estava vestindo algo simples: uma blusa salmão, uma saia midi preta. Eu tinha alguns adereços, como um jogo de corpo na cintura e um anel grande no dedo indicador da mão direita.

Meus cabelos estavam trançados em dois tons de rosa, um mais claro e um

pouco mais escuro, chegando um pouco abaixo dos ombros. É engraçado atuar nesse contexto, pois não é muito comum para mim.

Figura 7 - Peça "Felpo Filva": Teatro Cirquinho do Revirado



Fonte: UFSC em Setembro/2022

O espetáculo Felpo Filva pelo FITA - Festival Internacional de Teatro de Animação em Florianópolis é uma peça infantil que conta a história de um coelho isolado que é poeta. Essa performance foi muito especial e querida para mim, primeiro por estar imersa nesse universo cultural e artístico e segundo por ser um contexto infanto-juvenil principalmente.

Foi minha primeira atuação de camisa branca e fez toda a diferença. Mesmo eu não sendo uma pessoa retinta (negra de pele escura), eu me senti destacada e evidenciada como acho que devem ser os TILSP. Para chamar atenção para essa diferença mesmo, esse acesso à uma língua de modalidade visual. Neste dia, especificamente, tínhamos um jovem surdo assistindo a apresentação.

Ele era o único, mas a peça do Felpo Filva tratava exatamente de questões ligadas às diferenças. Ter o acesso em Libras e esse jovem assistindo possibilitou às crianças entenderem as diferenças de cada um, visto que ninguém, de fato, é igual ao outro. Na minha visão, o destaque do intérprete foi essencial, porque o cenário já era escuro, além da presença das cortinas. A camisa de cor branca com a parte de baixo em preto fez a alusão à janela de Libras, quase que proposital. Meu cabelo está solto num black power nesse registro, mas a iluminação deixou evidente apenas minha franja em cachos.

Intérpretes e seus corpos pretos merecem destaque sem a necessidade de

apagar ou moldar seus corpos. Me senti completa nessa performance de atuação. O não uso do preto não interferiu em nada, muito pelo contrário, foi minha melhor escolha. A escolha da cor da roupa no campo da língua de sinais está intrinsecamente aliada a questões de identidades, as quais também informam quem somos e a quais grupos pertencemos.

Segundo Silva (2002), ao dizer o que somos estamos dizendo também o que não somos. Essas características marcam corpos que possam dizer: "sou brasileiro", "sou surdo", "sou negro". Diante disso, é preciso acessar a consciência, percebendo em quantos grupos distintos podemos pertencer. De acordo com Hall (2003), definir a própria identidade é um jogo complexo e social, onde a interação com o outro e como ele se descreve está ligado a si mesmo e como se descreve.

Ou seja, a partir do narrar do outro, eu consigo me identificar ou diferir, e isso me localiza cultural e socialmente, independentemente do ambiente em que estou consumindo esse discurso. Ainda nas discussões sobre as identidades, o autor Jacques d'ADESKY (2001, p. 76) afirma que a identidade, para se constituir como realidade, pressupõe uma interação.

A ideia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu "eu", é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros, em decorrência de sua ação. Eu costumo dizer que, diante do cenário histórico ao qual pertencemos, dar-se conta de quem somos, a partir da observação de quem é o outro, é algo necessário. O normal é não ter nenhuma limitação ou dificuldade de inserção para acessar determinados espaços de aprendizado, ou seja, lugares como escolas, igrejas, hospitais, delegacias e demais serviços referentes aos direitos básicos.

Qualquer coisa fora dessas praticidades é visto como anormal e precisa de tratamento especial, tratamento esse que na maior parte das vezes segrega em vez de acolher e incluir. Ainda sobre as normativas de controle e relações de poder, é preponderante salientar o alerta de Aubert (1994) que afirma o seguinte: "em alguns casos específicos é comum que uma 'cultura periférica' absorva as informações, dados e conceitos da 'cultura central'".

Novamente estamos diante da padronização vinda com orientação e normativa em que se não estamos fundamentados em nossa cultura identitária, seguimos propícios a abraçar algo que não é nosso. Ou seja, é preciso se atentar ao que se refere a homogeneidade com intuito de padronizar algo e através de normativas que invisibilizam e apagam produções destoantes.

Exatamente por isso precisamos ocupar os lugares, precisamos acessar esses conhecimentos e contar a nossa própria história sobre as percepções que temos de nossos corpos ainda estarem em tentativas de encaixes que não nos pertence - pela liberdade de nossos corpos poderem carregar suas identidades próprias. A multiplicidade de corpos (quanto à raça, gênero, classe social) nos contextos de formação de TILSP na atualidade é urgente, especialmente em um momento histórico em que a garantia dos Direitos Humanos vem sendo sistematicamente ameaçada.

Cotidianamente, grupos sociologicamente minoritários (as mulheres, as pessoas pobres, indígenas, negras e as pessoas que integram a comunidade LGBTQIA+) vêm sendo repetidamente vítimas de violências físicas e simbólicas e de políticas que têm ameaçado a existência de formas de vidas assujeitadas por um poder colonial conservador e neoliberal (WALSH, 2013). Portanto, diante desse quadro, quem são os autores na área dos Estudos da Tradução e Interpretação que discutem esses assuntos, desconfortos e que atravessam as realidades vivenciadas pelos TILSP? É o que veremos na próxima seção.

2.2. VIVÊNCIA DOS CORPOS PRETOS NA RELAÇÃO COM LÍNGUAS DE SINAIS

"Compreendo que narrar-se significa despir-se diante do outro, compartilhando vivências que até então eram apenas suas". Essa frase de Furtado (2012) vem ao encontro com o descobrir-se negro através das experiências distintas que quando expressadas te põem em um lugar de fala que apenas seus pares irão compreender. Tornar-se negro é um caminho sem volta, acho que por vezes depois de cruzar essa linha da cor até um mundo que antes parecia livre, mas agora se mostra tão limitante é impossível desver aquilo que passamos a compreender.

Ser uma pessoa negra é a identidade carregada eternamente, pode demorar o tempo que for para se consumir de fato, todavia voltar atrás não é possível e nem cabe mais. E é justamente por não poder tirar minha pele, sendo ela a primeira coisa que veem é que eu preciso evidenciá-la de forma saudosista.

Meu corpo está sempre exposto, e na minha atuação como TILSP não é exceção. Esse corpo está contrariando todas as estatísticas ocupando espaços. Então é violento demais que mesmo após tantos anos de escravidão e luta dos que vieram antes de mim e até mesmo aos dias atuais que eu precise reivindicar a permanência dele sem que me roubem algo.

É preciso pensar o corpo do TILSP para além de uma ferramenta, têm causas e lutas, além de uma identidade própria. Uma das heranças do Brasil escravocrata e da branquitude por trás de suas ações é a perda da consciência racial. Mesmo em um país com a maior parte da população preta ainda existem pessoas que não se reconhecem como tal.

As teorias eugenistas do século XX foram alicerces para manter práticas sociais racistas, mesmo após a abolição. O mito da democracia, por exemplo, embasou que não havia a necessidade de pontuar racismo no país, afinal as raças viviam em perfeita harmonia (ALBERTI, PEREIRA, 2005, p. 1). E com o passar dos anos, não tinham porque sentir culpa, afinal todos que tinham escravizado alguém já haviam morrido, logo ninguém mais tinha culpa, a inocência racial no Brasil dura até os dias de hoje.

O campo da tradução e da interpretação de línguas de sinais no Brasil não

está isento desses atravessamentos e dos acontecimentos históricos sobre as questões raciais. Os pesquisadores Sheila Costa e Roberto Costa reivindicam esse ponto na pesquisa deles, a saber, sobre o primeiro código de ética para tradutores-intérpretes de Libras-Português, no seu artigo 5º.

Elaborando uma série de questionamentos quanto à forma que desejam que se porte um TILSP, apontando que o apagamento das marcas identitárias individuais era algo presente nesse artigo. Os autores explicam que traços característicos (os fenótipos), o cabelo, as roupas ou quaisquer outros adereços que remetem ou denominam-se diferentes do tradicional padrão são artefatos identitários. Por meio deles é a auto e reafirmação e orgulho do povo preto.

Elaborar um conjunto de regras que tem o intuito de padronizar um grupo, a fim de controlá-lo, é no mínimo ultrajante quando não se reconhece as diferenças de um Brasil multicultural. Por meio de dados históricos, nota-se a permanência de práticas do Estado contra os corpos diferentes, principalmente o povo preto que historicamente é alvo de genocídios epistemológicos em âmbitos sociais diversos. Elencar uma série de regras onde um dos seus artigos é diretamente provocativo a um grupo/corpo fora do padrão, tendo como principal objetivo anular suas marcas identitárias, é intrinsecamente revoltante.

Esse é um trecho de uma música do meu rapper conterrâneo belo-horizontino, Djonga. Ele me inspira muito! Boa parte desse trabalho há recortes deles e de outros rappers pretos. Nesse pedaço da música "Deus e o Diabo, na terra do sol", do álbum "Ladrão" de 2019, ele fala sobre as pessoas que sempre reclamam: "Dizem que só falo das mesmas coisas, é prova que nada mudou, nem eu, nem o mundo".

Nitidamente verdadeira essa frase onde ainda temos que falar o óbvio, abordar conceitos que o povo diz estar cansado de ouvir, mas que na prática não mudou em nada. É exatamente por isso que vamos seguir falando, gritando ou declamando para ver se assim nossa versão da história se alastra. Se tornar protagonista de si e da sua narrativa é o meu desejo ao conseguir entregar esse texto e incentivar para que outros diferentes possam falar do seu próprio ponto de vista.

Quanto mais pessoas diferentes ocuparem espaços como esse das línguas de sinais, da universidade, mais chances temos de despertar e libertar nossas

consciências, além de reivindicar práticas ultrapassadas que não nos representam. Estou me tornando quem eu mais temia e desejava ao mesmo tempo, uma revolucionária com citações prontas para serem descarregadas do meu pente de 30 balas. Se levarmos em consideração todo o histórico do Brasil e da fatídica região sul, não vai ser difícil encontrar onde erramos e onde mantemos esses erros.

O orgulho que alguns insistem em declamar por aí é o do colonizador, acreditando mesmo na falácia de que o que fizeram por esse país foi salvá-lo. O que nos salvaria de fato seria entregá-lo de volta para quem eles foram tirados, os povos originários e os verdadeiros donos da Terra. Esse orgulho colonial faz com que se mantenha o padrão europeu como se ele fosse o único válido e segrega os que não fazem parte desse pacote.

No campo das línguas de sinais não é muito diferente, majoritariamente os cargos de poder e lideranças de entidades representativas seguem na mão dos mesmos brancos e das mesmas famílias. Ou seja, nada novo sobre o pacto da branquitude colonial. A formação de TILSP no Brasil não se altera quando em sala de aula eu não encontro meus pares, seja como alunos, professores e/ou intérpretes.

Por uma formação decolonial, seria a possibilidade de abrir um debate sobre normativas emancipatórias de um corpo livre na atuação como TILSP, ouvindo essas vozes sem apagá-las ou censurá-las. É preciso romper com essas narrativas padronizadas por meio de ações que se baseiam em um código antigo, em publicação, mas vigente até os dias de hoje.

Desobedecer a uma normativa com embasamento teórico e mudança de hábito é urgente. Eu não aguento mais ser silenciada, precisando me justificar quando contrariar essas normas. Quero que meu corpo seja livre e que os demais também sejam, de consciência limpa, sem culpa. Agora, quanto aos tradutores e intérpretes que não são negros, não basta que estes sejam apenas não racistas, mas que passem a adotar posturas antirracistas.

Por isso, políticas e pedagogias antirracistas são necessárias, para que modelos e estratégias racistas não continuem se reinventando. (LEMOS, 2019). O público-alvo pensado para essa pesquisa, num primeiro momento, é a universidade e, de forma mais geral e ampla, a comunidade surda e seus órgãos de representação. Afinal, o debate precisa ser iniciado diante dos componentes dessa

comunidade, e na universidade é em primeira mão o contato mais direto para a maioria de nós. Sendo a universidade o berço de futuros pesquisadores, podendo iniciar ou reavaliar antigas discussões, podendo ainda trazer mais contribuições antes não pensadas.

Muitos devem se perguntar ao ler esse trabalho se eu estou reivindicando alguma reparação ou revisão de código. De fato, eu não quero escrever um código, apesar de que eu sinto que esse trabalho pode render muitos importantes. Se eu quisesse um código novo, eu estaria escrevendo ele dentro desse trabalho. O partido dos Panteras Negras, por exemplo, na década de 60, junto aos movimentos de direitos civis, pediam por uma lei mais justa e de equidade aos afro-americanos. Sobre isso, se for inspiração o bastante para o fazer, que seja mediante a contextos em que corpos diversos decidam e participem da elaboração.

Um grupo de estudos em São Paulo, juntamente de sua professora, iniciou um projeto visando evidenciar corpos interseccionais de TILSP. Diante do aumento desses corpos em formação e atuação, nota-se a relevância de debates sobre que corpos atenuantes são esses. Um destaque para esse grupo de estudos, que é composto por corpos pretos, indígenas, trans, homossexuais, entre outros. Resgatando a questão do regionalismo, noto que dos trabalhos que li, esse é o único que possui a criação de um grupo de estudos.

Esse também é um dos trabalhos mais recentes dessa discussão iminente. Tendo a região sul e sudeste as grandes responsáveis por essa insurgência da língua de sinais, me pergunto por que em uma universidade como a UFSC, sendo a pioneira a disponibilizar um curso de graduação nesse campo, aqui não tem um grupo como esse, assim como nas demais universidades que ofertam o curso. O corpo exposto do TILSP é o responsável por receber e repassar a mensagem traduzida de uma língua oral a uma língua sinalizada ou vice-versa.

De todo modo, esse corpo está exposto e diante de tantas regras tradicionais e historicamente orientadas, tendo como base um código de conduta e ética. Tendo essas orientações aplicadas, os corpos sujeitos a essas normas tendem a exercê-las sem questioná-las. A necessidade de ações decoloniais diante de corpos livres dos TILSP no que consiste ao pertencimento desses profissionais a grupos com seus pares é fundamental para que suas interseccionalidades sejam respeitadas e consideradas em sua atuação.

O destaque à desobediência do que é implicitamente cobrado e imposto ao corpo desse profissional, através de orientações presentes em uma série de normas de conduta, alimenta o imaginário social da comunidade surda. Esse imaginário colabora para a padronização e homogeneização da aparência estética dos TILSP.

Esse trabalho é um recorte curto quanto à profundidade do tema, mas relevante quando se trata do enfoque quanto a esse corpo e essa aparência estética atravessada por tantas temáticas importantes a serem consideradas. O aprofundamento dos corpos interseccionais que os estudos da tradução e interpretação de Libras/português podem abordar emerge a partir dos próprios corpos e suas narrativas.

Quais narrativas e experiências esses corpos enfrentam e são atravessados no exercício dessa profissão. Importante salientar a abertura dessa possibilidade em analisar esse corpo, a fim de pontuar o quão livre ele pode ser através da desobediência do que lhe é imposto diante de normativas excludentes, são questões a serem pensadas nessa temática.

Por também ser uma pessoa negra, me interessa compreender as narrativas de outros TILSP pretos, a fim de entender suas vivências e experiências com nosso corpo em comum. Romper com o imaginário comum e social de uma inocência racial baseada no mito da democracia e na teoria meritocrática é essencial para políticas de liberdade e emancipação do corpo político de TILSP.

Sobre o corpo negro surdo, é importante destacar as contribuições de alguns autores. Furtado (2012) intersecciona surdez e raça na perspectiva de investigar questões referentes à "dupla diferença", tendo como foco de análise narrativas de surdos/as negros e os significados de ser "duplamente diferentes". Buscando conhecer as narrativas de surdos/as negros, concebidos aqui como sujeitos "duplamente diferentes", trazem consigo representações e estereótipos produzidos culturalmente, sendo transmitidas às próximas gerações através da linguagem.

A fim de conhecer como os surdos/as negros se narram, realizou-se a análise dos perfis dos estudantes do curso de licenciatura em Letras Libras, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), turma 2008. Os perfis são postados pelos estudantes no Espaço Virtual de aprendizagem do curso.

Foram realizadas entrevistas com alguns surdos/as negros/as, estudantes desse curso e com estudantes de escolas de surdos/as localizadas em Porto Alegre.

Furtado (2012) explica que é possível destacar as narrativas dos sujeitos surdos negros, a fim de compreender como esses se autodeclaram e/ou se percebem diante das variadas formas de tratamento direcionadas a eles, diante da hipótese visível de uma dupla identidade de seus corpos.

Furtado (2012) afirma que, por meio de seu trabalho, foi fundamental destacar percepções relevantes, como o fato de notar que a maioria dos sujeitos entrevistados não se "assume" negros mesmo diante do título da pesquisa, que consiste em "identidades e diferenças em narrativas de surdos negros". Sim, diante dos recortes da entrevista, é demarcada a consciência desses surdos quanto à sua raça, entretanto, ela não é um marcador tão evidentemente considerável.

Por meio das citações de Furtado (2012), é possível entender o porquê essa marca é tão apagada, mesmo diante de uma pesquisa literal e escancarada quanto a características identitárias desses sujeitos. O texto começa exemplificando o que é considerado normal e o que difere, não encaixa e, por isso, é marginalizado, atrelando conseqüentemente a minoria. O indivíduo surdo faz parte de uma minoria, entretanto, não se refere à quantidade, mas à relação de poder entre quem é dominante e quem é submisso.

Esse texto integra minha reflexão quando se nota a narrativa inconsciente de sujeitos negros surdos que não se assumem negros. O apagamento e distanciamento dessa marca identitária diante de imaginários sociais falsamente igualitários entre os indivíduos de uma mesma comunidade apenas limita o acesso à multiculturalidade que esses corpos carregam consigo.

Esse é evidente o racismo estrutural institucionalizado na comunidade. Silva (2002) ressalta a distinção entre identidade e diferença. As contribuições que constam nesta pesquisa contribuem e muito quando se trata de preconceitos diante das muitas interseccionalidades em que um corpo está atrelado. Mesmo que Silva (2002) não tenha investigado TILSP, apontamos o pertencimento de grupo no requisito de par quando se refere ao sujeito negro.

Dessa forma, é possível vincular o que perpassa esse corpo diante desse marcador identitário em sua atuação, podendo também se deparar com situações de desmerecimento. Outro ponto importante que se pode mensurar desse trabalho são os atravessamentos desse mesmo corpo em detrimento de uma política que apaga os fenótipos desse povo diante das normas impostas pelo tradicionalismo no

aspecto da aparência desse profissional.

Contextualizando bem a história dos negros no Brasil e os atravessamentos e descobrimentos de uma população agora vivendo em diáspora, o não reconhecimento de boa parte desse povo miscigenado é outra forma de propagar retrocessos de "normalidade" atrelada a normas impostas.

Além do não reconhecimento das diferenças, mesmo estando diante de um país tão diverso, ainda mais falando de dentro de uma comunidade que faz parte do que denominaram minorias. Skliar (2001) pontua de forma excelente os retrocessos diante de uma sociedade que facilmente abraça o senso comum de uma história única, visando a homogeneidade. Através do reconhecimento e normalização das diferenças existentes, principalmente em nosso país multicultural (Brasil), é que vamos conseguir aflorar nossas narrativas, tendo espaço e voz para compreender e expressar nossas diferenças.

Furtado (2012) evidencia isso quando destaca o narrar-se, e eu complemento com a ideia de que se eu ainda não sei o que sou, mas outros que sabem têm espaço e oportunidade para falar de si próprios/mesmos. Eu posso me identificar com esses ou, a partir da narrativa deles, entender o que não sou. É preciso criar espaços onde possamos compartilhar nossas experiências, a fim de encontrar mais pares ou descobrir novos, denunciar abusos, propor melhorias ou alterações. O que não dá é fingir que não vemos ou sentimos nada.

É preciso ecoar para além de nós, usando nossos corpos se preciso. Em entrevista, a tradutora de línguas orais Rane conta um pouco como sua história pela escolha da profissão, seu desejo por intercâmbio e como não é fácil ser uma das poucas intérpretes negras em destaque. Fala sobre desigualdade, racismo, dentre outras circunstâncias, em falas na Abrates AFRO e como construiu sua carreira de formação. Rane fala o óbvio vivido por muitas pessoas pretas no que se refere à representatividade de um campo específico, nesse caso, o de intérprete entre línguas orais.

Desde a dificuldade e o não acesso a cursos particulares ou a possibilidade de intercâmbio desde que decidiu seguir essa carreira, Rane narra episódios em que foi taxada como vitimista, oportunista e até mesmo desmerecida por colegas de profissão e pessoas da equipe com quem trabalharia como intérprete. Por também ser uma mulher negra, compreendo as narrativas de Rane no que consiste em

relatar coisas vivenciadas com meu corpo negro.

Infelizmente, ouvir de colegas de profissão que também são meus pares que discursos políticos e identitários não importam, afinal todos nós estamos compondo o mesmo lugar e espaço, não é nada fácil. Romper com o imaginário comum e social de uma inocência racial baseada no mito da democracia e na teoria meritocrática é essencial para políticas reparatórias de um povo que foi historicamente prejudicado por práticas de viés ideológico racista. Ainda no conjunto de trabalhos que discutem línguas de sinais, tradução e aspectos raciais, temos as contribuições de Cabello (2020).

A autora explica que o indivíduo surdo faz parte de uma minoria, mas isso não está atrelado à porcentagem e, todavia, define quem são os súditos e quem são os chefes. Este texto integra minha reflexão neste trabalho quanto se nota a narrativa inconsciente de sujeitos negros surdos que não se assumem negros. O apagamento e o distanciamento dessa marca identitária diante de imaginários sociais falsamente igualitários entre os indivíduos de uma mesma comunidade apenas limitam o acesso à multiculturalidade desses corpos.

É evidente o racismo estrutural institucionalizado na comunidade. Essas regras englobam questões comportamentais, além de postura, aparência e vestimenta. Mesmo que não estejam escritas literalmente nessas palavras, no código de conduta ética para TILSP, o que se percebe na prática é a cobrança por esse padrão ao se apresentar em contextos interpretativos.

Digo isso porque, no contexto de interpretação, essas questões de aparência são amplamente difundidas. Há escolhas previamente feitas e decididas quanto à cor, tonalidade e até mesmo modelo de camisa dos TILSP. No repositório da UFSC, há uma revista online em Libras que emite recomendações sobre vestimenta e demais posturas a serem adotadas para publicações envolvendo línguas de sinais. Entretanto, mesmo com a publicação desse artigo na revista, as ideias difundidas lá, por mais que eu concorde, ainda estão mais centralizadas no aspecto da tradução.

Onde é possível planejar previamente a roupa, com suas respectivas cores, ajustar a iluminação e definir o cabelo é melhor ângulo para a gravação. Todos esses pontos antes mesmo de ir oficialmente para a gravação. Porém, apesar disso, a aceitação de adotar tais medidas "não serve" nem é aceita com essa mesma

liberdade se comparada com a tradução, mesmo se organizando previamente - questões como essas nem sequer são cogitadas.

Por essas e outras, sinto a necessidade de abrir esse debate com a intenção de instigar outros colegas a se aprofundar e difundir a respeito desse tema. Pontuar as semelhanças e também as diferenças nessas duas práticas a ponto de entender os diferentes impactos. Este trabalho é o início desse debate, espero que, com ele, incentive meus pares nesta área a falar sobre isso sem medo, tendo argumentos como os que descrevo aqui.

Quadro 1 – Conceitos e principais autores

Conceitos Abordados	Campos de Estudo	Principais Autores
Interseccionalidade	Político-Social	Kimberlé Crenshaw (1989)
Racismo Estrutural	Etnico-Racial / Social	Silva Almeida (2018)
Desmistificar “ NEGRO ”	Etnico-Racial	MUNANGA (1988, p.44) - Furtado (2012)
Tornar-se negro	Etnico-Racial	SOUSA (1983)
Perigo da História Única	Etnico-Racial / Social	Chimamanda Ngozi (2009)
Definição de Identidade	Social	Larrosa (1994) e Jacques d’ADESKY (2001, p. 76) MERCER (1990, p. 43)
Cultura Periférica	Social	Aubert (1994)
Mito da Democracia	Etnico-Racial / Social	ALBERTI e PEREIRA, (2005, p. 1)
Políticas e pedagogias antirracistas	Tradução e Interpretação Libras-Português	Rahul LEMOS (2019).
Identidade e Diferença	Social	Silva (2002)
Decolonial	Social	Janaina Cabello (2020)

Raça e Racismo / Etnia	Etnico-Racial	Azevedo (2018, p. 5) e (VALLS, 1994. p.7).
Comunidade Imaginária	Social	ANDERSON (2008)

Fonte: Helen Ramos de Sá, 2022

3. CONSTRUINDO OUTROS DIÁLOGOS PARA TILSP

Neste capítulo, tratarei de forma mais específica do Código de Conduta Ética dos TILSP. Ele é o objeto analisado neste trabalho, o qual busca fazer uma metarreflexão, passando pelas vivências pessoais e experiências profissionais que compartilhei nos capítulos 1 e 2. Discutirei ambos os códigos, levando em consideração o da FENEIS, publicado no ano de 1992, e o da Febrapils, publicado no ano de 2014. Um dos critérios de escolha deste objeto a ser analisado ocorreu por conta do impacto e dos efeitos psicofisiológicos inferidos a um ou mais grupos.

Embora não tenhamos aqui entrevistas ou outros dados narrados pelas pessoas que enfrentam desafios quanto ao impacto dos seus corpos, mostrar em quais artigos do código de conduta e ética apresentam importantes desafios é fundamental para o campo dos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais - ETILS. Me refiro a corpos que, através de suas características, não compõem a normativa tradicional, aquela considerada padrão pela sociedade.

A disforia que o código de conduta e ética dos TILSP causa através desse guia de práticas e recomendações a esses profissionais é um ponto que deve ser refletido. A presença de alguns pontos destacados, a fim de mostrar como acarreta no imaginário social dos usuários da língua e futuros profissionais da área, bem como os impactos que sinto dessa normativa, constituem as discussões aqui levantadas nesse capítulo.

O imaginário social faz com que sejamos responsáveis, cúmplices na narrativa de que o tradicional não pode ser alterado ou questionado, afinal, o senso comum é fácil e passível de suportar e não necessita esforço ou necessidade de mudança. Faço parte de um grupo minoritário, não por quantidade, mas devido à desigualdade e a uma série de causas e efeitos históricos que já discorreremos neste trabalho. Sou uma mulher negra e faço parte de tudo aquilo que é acarretado e relacionado a uma cultura afrodescendente e afro-brasileira. Como membro de uma comunidade surda na qual atuo como TILSP, o objeto de análise dessa pesquisa me atinge e impacta diretamente.

Através das minhas experiências e percepções, das minhas vivências e conhecimento de mundo, juntamente aos textos e impressões de outros colegas de profissão que também partilham do mesmo pensamento, começo essa reflexão de forma mais direta. Atitudes e palavras, mesmo que implícitas, mantêm e prolongam

práticas de ações racistas diante de um corpo não padrão, tradicionalmente apagado e culturalmente violado. A correlação entre o fator racial e profissionalismo, diante das normas de controle do código de conduta e ética, é um documento confeccionado com o objetivo de pontuar as principais práticas em que os TILSP possam se "assegurar" ao realizar seu ofício. Essa pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de cunho documental, pois investiga documentos e as fontes podem ser diversas.

O código de conduta e ética é um documento. Além do código de conduta e ética, neste trabalho também foram incluídos, no seu desenvolvimento, elementos como diários e fotografias. Uma pesquisa qualitativa é responsável por analisar documentos que ainda não foram analisados ou até mesmo analisá-los novamente através de novas percepções. Uma pesquisa quantitativa observa dados, a partir de elementos que elegem o número como um elemento importante. Vale lembrar que, através dos documentos, o objetivo não precisa necessariamente ser solucionar um problema. As pesquisas podem proporcionar "apenas" uma melhor visão desse problema.

Compreender uma problemática pode ampliar determinado ponto ou situação enfrentado por grupos que estão diretamente articulados ou vivenciam tal problema. Decidido o objeto de pesquisa, código de conduta e ética dos TILSP, foi efetuada a leitura de ambos: o mais antigo da FENEIS e o atual da Febrapils. O código de conduta ética da FENEIS foi uma tradução do código americano publicado pelo Registro dos Intérpretes Surdos – RID no ano de 1965. A tradução desse código foi aprovada em uma Assembleia Geral durante o II Encontro Nacional de Intérprete realizado no ano de 1992. Foi aprovada a proposta traduzida como código de conduta e ética para TILSP.

A tradução foi realizada por Ricardo Sander. Essa primeira versão do código consta com quatro capítulos e treze artigos, incluindo um parágrafo único. Já a versão do código de conduta e ética da Febrapils foi aprovada também em Assembleia Geral em Brasília, dezenove anos depois, isto é, no ano de 2014. Dessa vez, juntamente com a participação dos membros da Febrapils, criaram-se as normas, a fim de assegurar os serviços prestados por TILSP nas associações e contextos gerais de atuação profissional.

Essa versão conta com seis capítulos, vinte e três artigos e dois parágrafos

únicos. Todavia, o material aqui analisado é a primeira alteração aprovada em Assembleias Geral Ordinária em Fortaleza/CE no dia 13 de abril de 2014. Essa alteração consiste em dois preâmbulos, quatro capítulos, dezenove artigos e três parágrafos únicos - um referente à definição e aplicabilidade e os outros dois a princípios fundamentais para exercer o ofício como TILSP.

A graduação de Bacharelado em Letras Libras, ofertada pela UFSC na modalidade presencial, dispõe em seu currículo disciplinas que abordam os contextos de ETILs, considerando as diversas possibilidades de atuação profissional e modalidades distintas. É interessante aliar esses conhecimentos ao código de conduta e ética, multi materialidades tratadas no curso, especialmente nas disciplinas de Estudos da Tradução.

A correlação cultural diante desse viés também é salientada quando destacamos o corpo preto do TILSP, elencando suas relações étnico-raciais com o campo da língua de sinais. "A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza" (MERCER, 1990, p. 43). O padrão é branco, e suas normativas só existem para nos aproximar dele. A crise que se dá em perceber que ele não cabe a todos nos faz questioná-lo, a fim da incerteza em mantê-lo fixo. "No que concerne, em particular, à história da interpretação, um grupo de intérpretes recebeu ainda poucos estudos: os negros" (SILVA-REIS, 2018, p. 2).

Como TILSP, apresento minhas impressões e relatos ao longo do texto sobre os impactos vivenciados no meu corpo preto. Por meio de relatos autoetnográficos da própria pesquisadora, além de textos que compuseram as relações étnicas desses corpos no campo das línguas de sinais. O foco da pesquisa ser direcionada a esses corpos foi devido ao pertencimento da própria pesquisadora a ambos os grupos, étnico e profissional.

Visto o vasto e longo caminho no campo da interpretação nas línguas de sinais para pouca pesquisa que se atreve a fazer essa correlação e a necessidade de começar a debater a interseccionalidade dos corpos atuantes na área. Ao observar que mesmo após mudanças e reformulações no código, uma premissa segue intacta, é questionável o aprofundamento da análise diante desse fato vigente. Destaco abaixo, em negrito, a premissa a qual me refiro.

Essa é uma das questões mais escancaradas que percebo quando se trata

de sutilezas empregadas neste código de conduta e ética que nos foi ofertado. Entre muitas diferenças e semelhanças, é primordial o destaque aos pontos em que se referem à apresentação do profissional, em detrimento do exercício do ofício.

De acordo com o código de conduta e ética da FENEIS, no ano de 1992, destacamos as palavras "caráter moral, honesto, confiável" referentes ao artigo 1º, palavras que se referem ao que o TILSP deve ser ao exercer tal profissão. Chamolhes a atenção para a reflexão de que, dentro do imaginário social, ao me deparar com essas palavras, dificilmente vou associá-las a uma pessoa preta, afinal, nenhuma palavra positiva é atrelada à figura de uma pessoa negra. A ética é entendida como um estudo ou uma reflexão sobre os costumes ou sobre as ações humanas, podendo ser científica ou filosófica, e eventualmente até teológica (VALLS, 1994, p. 7).

Ou seja, o objeto analisado nesta pesquisa é um conjunto de costumes transformados em um manual, a fim de padronizar práticas de um grupo, nesse caso, TILSP. As palavras destacadas aqui são: padrão, conduta ética, guia, prática profissional, forma digna, retiradas dos primeiros capítulos do código de ética da Febrapils e do artigo 3º do mesmo código. A partir dessas orientações sobre a atuação "ética" dos TILSP, questiono se há elementos dignos e não dignos durante uma performance profissional.

Se esses elementos estão pré-definidos, estão partindo de qual referencial? Historicamente, aos modos como construímos e legitimamos práticas formais e adequadas do que compõem TILSP? As referências são baseadas em uma "epistemologia eurocêntrica ocidental dominante, [que] não admite nenhuma outra epistemologia como espaço de produção de pensamento crítico nem científico" (GROSGUÉL, 2007, p. 35). De fato, haveria algum elemento que, diante disso, atentasse contra a "dignidade" das pessoas surdas para as quais traduzimos e interpretamos, ou melhor, o que estamos chamando de "digno".

Ainda sobre o código de conduta ética da Febrapils, no artigo 14º, destaca-se a não distinção de raça, cor, etnia, gênero, religião, idade, deficiência, orientação sexual ou qualquer outra condição por parte do servidor, nesse caso, o TILSP. Tão pouco se refere às possíveis práticas preconceituosas contra o servidor, afinal, esse código não consiste apenas nas práticas do servidor, mas também na segurança dos mesmos diante da possibilidade de lesões pessoais. Entretanto, o que vemos é uma segurança prévia direcionada apenas aos solicitantes e beneficiários, de acordo

com o parágrafo único, que adverte dizendo que não é permitido assediá-los ou coagi-los.

Parece bobo, mas não seria justo um parágrafo que também pudesse nos assegurar diante de possíveis e tão comuns preconceitos presentes em uma sociedade intolerante? Até porque o código se refere a nós, profissionais TILSP. O destaque nesse parágrafo único, presente em definições e aplicabilidade, só reforça esse imaginário histórico tradicional de um corpo branco padrão e a não possibilidade de interseccionalidade diante de um corpo livre, autêntico e heterogêneo.

Em ambos os códigos de ética analisados, no primeiro, a versão traduzida dos Estados Unidos, 1965, e implementada aqui no Brasil em 1992 pela FENEIS, mais a versão alterada do código da Febrapils no ano de 2014, têm em comum a permanência de uma conduta que percebo como fundamental: direcionada à postura e aparência estética do TILSP. Na FENEIS, em seu artigo 5º, referindo-se a como se portar "**modo conservador de se vestir, mantendo a dignidade da sua profissão e não chamar atenção sobre si mesmo**".

No texto de Sheila Batista e Roberto César, intitulado "Sou intérprete de Libras e não abro mão do meu Black Power: e aí, vão continuar dizendo que meu AfroHair atrapalha na comunicação?", para a revista SocioDialeto no ano de 2019, propõe-se a mudança quanto a esse artigo dentro do código de conduta ética dos TILSP. Diante do fato de que os elementos culturais de corpos não padronizados possuem sua identidade para além do que compõe a interseccionalidade desses mesmos corpos, foi possível compreender que marcas identitárias como as da pesquisadora Sheila, bem pontuadas em seu AfroHair e/ou BlackPower, não atrapalham na comunicação.

E que frases como essas, presentes no artigo 5º do primeiro código, são violências "sutis e veladas" diante de corpos marginalizados pela sociedade através de um passado escravocrata e insistentemente racista. Assim como afirma Munanga (2017, p. 33), há pessoas que não o enxergam ou preferem não vê-lo, mas que o racismo é um fenômeno presente em diversas sociedades, latente na cultura, nas instituições e no cotidiano das relações entre os seres humanos.

O destaque para o ponto da aparência estética é que, mesmo diante do desuso dessa primeira versão do código e sua alteração no ano de 2014 pela

Febrapils, segue mantido o destaque a postura do TILSP nesse ponto de responsabilidade profissional. Onde, no artigo 10º, no capítulo 3, nota-se a orientação que consiste em "apresentar-se adequadamente com relação à postura e à aparência" (III).

Novamente, remete ao imaginário social, histórico tradicional do que seria adequado no aspecto de aparência. Parece-me que o ideal para ser um TILSP profissional é preciso, através de um código, atingir minha "normalidade". Ou seja, esta norma é considerada ideal e adequada. Nesta perspectiva, os sujeitos que não se enquadram nessa norma estarão propícios a ser marginalizados, todos aqueles que possuem algo que os caracterize como diferentes.

Corpos diferentes que, externamente, não se enquadrem ao padrão pré-estabelecido para a função de um TILSP, não serão bem-vindos. Mesmo que não seja isso que esteja escrito escancarado no texto, essa é a única interpretação que faz sentido quando se trata da repetição e destaque desse ponto nos códigos, além de estar diretamente relacionado à "responsabilidade profissional". O que só afasta corpos não só como o meu, mas tantos outros.

Dentro dos campos dos ETILS, deveria haver espaço para outros corpos distintos, sem a necessidade de passar por violências que já sofrem quando fora desse âmbito profissional e nichado. A seguir, apresento trechos do código de ética: Febrapils (2014), por meio de recortes em capítulos. O objetivo da criação dessa normativa, em forma de manual, é buscar alcançar um padrão de profissionalismo e conduta ética entre os tradutores e intérpretes e guias-intérpretes de Língua de Sinais, como guia para a prática profissional em âmbito nacional.

Recorte do artigo: art 3º: "Devem exercer sua atividade de forma digna e consciente, com o propósito de valorizar a sua categoria profissional". A princípio, o ponto abordado aqui tem a ideia de padronizar, em aspecto nacional, o "profissionalismo" do TILSP. Por si só, já denota a brecha de que quem não seguir essa conduta, logo, não é profissional ou não está agindo como tal. O que me preocupa bastante, visto que a problematização da padronização de TILSP e como isso impacta corpos pretos é o ponto intrínseco da discussão deste trabalho.

O impacto sofrido por esses corpos, mesmo que alinhando-se e/ou adotando tais condutas. Afinal, não é apenas colocar uma camisa preta que fará com que corpos plurais sejam impedidos de vivenciar circunstâncias de cunho racista e/ou

preconceituoso. O primeiro destaque do código de conduta e ética elaborado pela Febrapils no ano de 2014 tem em seu artigo 3º referências quanto à forma digna com que o profissional tem que se portar, visando a valorização da categoria¹.

O quão indigno o corpo preto foi e ainda é tratado por esta sociedade, que consiste em injustiças sistêmicas? Onde pretos/as/es vivem sem se sentir pertencentes, mesmo seguindo regras de comportamento? Esse destaque me lembra de estigmas que esse corpo preto estereotipado sofre diante de pensamentos pré-concebidos desde a escravidão, onde nos colocavam como peças que não são confiáveis, inteligentes ou meramente humanas.

O corpo preto nunca foi digno de humanidade, não depois que atravessou o Atlântico e deixou seu continente natal. Difícil se perceber assim, sem humanidade, principalmente quando há regras não oficiais de que isso ainda se mantém em eficácia no cotidiano do coletivo social.

O imaginário que nos foi ensinado é que não somos capazes, e esse pensar ainda ronda o dia a dia de pretos/as/es. Nessa sociedade, a pressão¹ de que devo ser duas vezes melhor ainda é pouco, se comparado ao ideal branco, tradicional e padrão. Duas vezes melhor como? Se estamos atrasados e ainda seguimos em uma disputa desigual, seja diante dos recursos, apoios ou reconhecimento. Se essas regras fossem justas de fato, a equidade² seria o alicerce da sociedade, dando aos diferentes o acesso necessário.

Recorte do artigo: art 4º: “devem prover os serviços sem distinção de raça, cor, etnia, gênero, religião, idade, deficiência, orientação sexual ou qualquer outra condição”. Em seu artigo 4º, a Febrapils (2014) quase me fez sentir pertencente, acolhedor até, mas que na prática essa realidade é utópica. Não haveria distinção de pessoas ou serviços diante de aspectos referentes a traços da identidade do outro.

Ou seja, a prestadora de serviço 'não pode escolher' a temática que decorrerá, diante de aspectos como raça, cor, etnia, gênero, religião, idade, deficiência ou orientação sexual. Quando, na verdade, por muitas vezes, há distinções por parte do contratante justamente atrelado a esses pontos.

¹ Se refere a um grupo específico, seja ele étnico-racial, social, partidário, classe, gênero etc.. Neste trabalho se refere a classe de TILSP pretos/as/es: referente a pretos, pretas e pretes.

² Equidade: é o sistema em que damos a interseccionalidade os recursos necessários para suprir suas limitações em condições e circunstâncias distintas e para melhor acessar e praticar suas funções em espaços sociais.

Isso me faz lembrar da época em que comecei a trabalhar ou ao menos iniciar a procura por emprego. A fase de criar currículo, saber o que colocar e como principalmente na hora da foto. Era a parte mais desastrosa, porque é o cartão de visita. Então a escolha pela melhor foto já era extremamente desafiante. Nunca me chamaram!!

Talvez eu não tenha escolhido a melhor foto, né? Já se passou um tempo, já residia em Florianópolis e participei de uma conversa em uma empresa de tecnologia voltada para a juventude preta. Compartilhávamos entre nós estratégias para o preenchimento de currículos. Constatamos que o problema não era a escolha da melhor foto de imediato, até porque fomos orientados a não colocar fotos.

A questão do cartão de visitas é como o Amaury, intérprete de língua oral, afirma em sua entrevista: “é que hoje em dia podemos ser contratados sem esses constrangimentos, porque na maior parte, o contratante nem tem que lidar conosco diretamente. Todavia, quando o tem, nada muda, o olhar segue sendo o mesmo, incrédulo e duvidoso quanto a nossa profissionalização”.

Os olhares são variados com a situação, mas seguem incomodados, principalmente em características e traços identitários étnico-raciais do corpo preto. Todo o estigma do racismo, misoginia, machismo nesse sistema patriarcal está implícito ao meu corpo, mesmo que o espaço em que ele ocupe seja em tese acolhedor e diverso. Enquanto não abordarmos temas pertinentes que atravessem corpos interseccionais com suas respectivas representantes e com lugar de fala, não iremos contrariar as regras, muito menos quebrá-las.

A presença e participação efetiva do ser interseccional em cargos de liderança é a chave para regras com equidade e diminuição de práticas preconceituosas. Sem medo de apontá-las e debater sobre elas de forma objetiva e com soluções justas. Exatamente nessa parte do código de ética, a primeira palavra que me veio à mente foi “pertencimento”. E o que acontece se houver distinção por parte do empregador? Como fazemos? Que ressalvas temos?

Eu entendi depois que é um guia/manual quanto a condutas dos profissionais TILSP, mas confesso que me senti desamparada. Justamente por saber que corpos iguais aos meus em características identitárias, assim como tantos outros que compõem grupos considerados minorias estarão sujeitos a situações constrangedoras e intragáveis.

Diante de normas destinadas a nós visando uma boa conduta, mas sem ressalva alguma de nos acolher em situações contrárias. Para aqueles que são pertencentes aos ditos grupos minoritários é ou deveria ser fácil agir com empatia e longe de práticas preconceituosas em geral. Mas o que quero mesmo dizer para você, caro leitor, é que o óbvio também precisa ser dito.

Arrisco dizer que a afirmação é necessária de muitas formas, seja verbal ou não, escrita ou expressa. Nesse caso, o óbvio é que enquanto estivermos em uma estrutura que padroniza ações e pensamentos, seremos coniventes com atitudes iguais, mesmo com o passar das gerações. Tal convivência acarreta adoecimentos, exclusões e pagamentos da parte dos mais vulneráveis a essa hierarquia. Ou seja, uma gama de sofrimentos em que o estado segue insistindo, enquanto as minorias se atacam cada vez mais ao invés de se unir.

Não estamos isentos de pôr e/ou manter a prática de ações contra a nossa categoria. É preciso rever a intenção por trás de amarras 'invisíveis' que seguimos sem questionar e quando o fazemos ainda estamos pequenos em passos lentos, principalmente no aspecto interno. Abordar esse tema e rever conceitos, é revolucionário e faz parte da nossa evolução como seres racionais.

Recorte do artigo: art 10º: “É de responsabilidade do TILS e do GI: **Apresentar-se adequadamente com relação à postura e à aparência**”. Já em seu artigo 10º, as questões abordadas dizem respeito à responsabilidade do TILSP e o destaque refere-se à aparência. Esse artigo conversa diretamente com a introdução do código de ética, articulando a aparência ao profissionalismo.

Afinal, no que consiste a aparência? E o quanto a importa, para estar destacada incessantemente dentro do código de ética da categoria. Mesmo que alinhada no âmbito de identificação de uma classe especificamente pertencente, a importância do vestir dessa casca externa, onde gira em torno do que é considerado adequado. O contrário dessa adequação resulta em 'você não é qualificado'. A aparência, como destacado no artigo, configura, em outras palavras, a ideia de que esse é um ponto de extremo cuidado e atenção.

Até porque, mesmo após a alteração dos códigos aqui analisados, esse destaque segue intacto. Compreendo que o ambiente de trabalho é um local no qual precisamos manter a postura, agindo com seriedade, formalidade e sobriedade. Curiosamente, esse é um dos pretextos pela escolha do preto como característica

para identificar os TILSP.

Todavia, uma forma de apagar corpos que não se encaixam parece ser exatamente o motivo pela adoção dessa regra, que segue mantida pelo próprio corpo de profissionais, contratantes, até mesmo a comunidade surda. O desconforto do não encaixe adequado e não pertencimento é destinado para aqueles que contrariam tais medidas. Desde a década de 90, o ponto da aparência é evidenciado quanto ao que se referem práticas comportamentais e éticas alinhadas, caracterizando o que seria uma boa conduta profissional.

Percebo microviolências e apagamento do que não é bem visto, justamente por ir na contramão do padrão imposto. É de uma discrepância que mesmo diante de denúncias diretas como a dos pesquisadores Sheila e Roberto Reis sobre a aparência, nada foi realizado ainda pelas entidades representativas. Os autores destacam sobre o cabelo black do TILSP e como ele não impede a entrega da mensagem, ainda sim temos um destaque no código sobre o que seria o padrão ideal do TILSP acerca da aparência.

A aparência ainda é um fator que incomoda, a quem e porquê? Qual o interesse em padronizar uma categoria e não reconhecer a sua pluralidade/diversidade? Ambas as reflexões estão vinculadas ao plano perfeito que são as intolerâncias e racismo em torno desse corpo preto querendo escolher a qual lugar ele pertence. Há tentativas incessantes de moldar e/ou apagar esse corpo e suas características. Onde esse corpo está inserido é implantado e evidenciado a necessidade prévia de ajustes, seja na roupa, no cabelo, nos acessórios. E isso não para no pré-ajuste, isso também configura o manter esse corpo nos espaços de forma durável.

Ou seja, ou você se molda ou não se fica! O corpo branco já é o padrão aceito, por isso não requer ajustes, ele já nasceu pronto, logo tudo aquilo que nele está, não incomoda. Esse corpo, mesmo que componha outras características de grupos de minoria, ainda sim será escolhido quase que de imediato. E se aceito é justamente por ser branco, sendo assim menos moldes porque até a diversidade branca é plausível.

Esses pretos que 'inventam demais, pra chamar a atenção'. Dos nossos corpos muito já foi tirado, e segue constantemente sendo roubado. Eu só tô tentando achar a autoestima que roubaram de mim (que roubaram de mim). De nós, de mim...

Baco Exu do Blues, música “Autoestima”, do álbum "Quantas Vezes Você Já Foi Amado?". Nossos ancestrais, os mais velhos, nos instruíram muito antes de conceituar e nomear tais práticas racistas da sociedade, mesmo após o período escravocrata.

Conselhos como: 'não andem por aí de qualquer jeito, estejam sempre limpos, andem com seus documentos e se afastem de tudo que é suspeito' eram alguns dos repasses diários entre os nossos, mesmo sabendo que nossa pele é alvo independente de todos esses cuidados prévios.

Recorte do artigo: art 15º: “Quando houver um **conflito** entre este código e a legislação municipal, estadual ou federal, prevalecerá a lei hierarquicamente superior”. Este artigo aborda uma possível situação de conflito entre instâncias e seus poderes em hierarquia social e o código de conduta e ética, possibilitando obediência e decisões diante dessa escala de órgãos.

Em um país com injustiça, principalmente diante de questões raciais, através de mitos como a democracia racial e a inocência racial que o Brasil insiste em carregar, mesmo após tantos anos de trabalho de intelectuais dizendo o quanto isso é irreal. Justamente pelo país possuir disputas em dobro para corpos como o meu, preto! Me afeta e atravessa questões que abordam conflitos, especialmente, por sempre termos que justificar nossas pautas, denúncias e sofrimentos.

Ter leis que nos asseguram de situações de preconceitos e intolerâncias, de forma que nos assegurem realmente seria essencial, mas isso ainda me parece distante. O artigo 15º nos põe em uma circunstância de co-dependência do Sistema-Estado que não é perfeito. Não vejo como isso assegura minorias como eu dentro da categoria. Que normalmente já não são ouvidas, quem dirá acolhidas com responsabilidade. É preciso estar por dentro das medidas que estarão destinadas a nossa categoria, tendo em vista que elas também nos incluam.

Com uma maior participação de nossa pluralidade, a qual de forma orgânica já compõe a categoria. Para além disso, seria plausível termos alternativas dentro do nosso próprio código para conseguir lidar e solucionar conflitos da categoria com contratantes?

Código de Ética: “1- O intérprete será uma pessoa de alto **caráter moral, honesto, confiável**, consciente e de **maturidade emocional**. Ele guardará informações confidenciais e não trairá confidências as quais foram reveladas a ele”

FENEIS (1992). "Caráter MORAL, honesto, confiável" tradicionalmente no sistema em que vivemos, a sociedade essas são características não associadas a um corpo não branco. Essas qualidades nunca foram referenciadas ao corpo preto.

A branquitude faz questão de pontuar seu racismo enraizado que tais atribuições, não cabe a nós. Diante dessa introdução, de imediato, meu corpo não seria considerado apto para a profissão. Quem me dera que essa sensação tivesse ficado apenas na década de 90. Será que havia pessoas negras durante o 1º Encontro Nacional de Intérpretes no Rio de Janeiro onde foi elaborado e aprovado o código aqui descrito? Se haviam, me pergunto como sentiram-se ao ler esse primeiro ponto, a sensação de não pertencimento à categoria.

Esse foi o primeiro código de conduta e ética para TILSP, sendo que o mesmo foi alterado pela Febrapils em 2014. Todavia ao longo deste capítulo pontuamos como algumas recomendações parecem indispensáveis quanto a conduta desse corpo em atuação. Alguém que não se encaixe no padrão de branquitude dificilmente trabalharia na área.

Ou mesmo que trabalhasse seria cobrado aos moldes da regra. Arrisco dizer que é quase como se fosse um controle de qualidade. Se dar conta de toda essa engrenagem é assustador, mas não me surpreende.

Recorte do artigo 5º: “ O intérprete deverá adotar um **modo conservador de se vestir, mantendo a dignidade da sua profissão e não chamar atenção sobre si mesmo**”. O 5º ponto é bem alinhado com o 1º ponto, que consiste em unir aparência e a conduta do profissional.

Mesmo diante da mudança feita no código após um intervalo de alguns anos entre o primeiro código e sua primeira modificação esse pilar seguiu intacto. Mesmo diante de termos ponderados, o princípio seguiu o mesmo, se baseando em aparência e conduta como régua de profissionalismo.

Diante desses pontos que soam fundamentais, é considerável a essência por detrás deste código que visa como controlar ações, tendo como pretexto a identificação da classe de TILSP. Mesmo que a mudança tenha sido "feita", ficou evidente a falta de delicadeza com a qual contornaram a situação, sem que se aprofundassem na questão.

O rigor com o qual o TILSP é colocado e também se põe diante dessa regra não oficial, mas tradicional é o controle que o código previa. O código não é usado

como um estatuto que levam debaixo do braço para onde quer que vão, mas deu tão certo que quem não segue essa regra é olhado com estranheza. A forma com a qual identificamos um TILSP é quando ele veste preto e se coloca no cantinho de qualquer apresentação ou discurso.

Somos o fundo, sendo assim não é preciso destaque para nós, contanto que estejamos ali fazendo o nosso trabalho. Esse lugar que requer molde é doloroso demais para corpos que não cabem ali. É uma caixa limitada que destinaram a nós. O corpo que luta para se inserir-se em espaços que sempre lhe foram negados, buscam pela devida inclusão, justiça.

A conclusão é meio óbvia de que o padrão existe e que fica fácil notar quando se faz ou não parte dele. Diante desse padrão, costumo dizer que mesmo que a gente não se perceba, alguém nos percebe. O outro, que é diferente de nós, sempre tem o péssimo costume de nos dizer onde pertencemos ou não.

Às vezes, esse outro pode até ser um par ou igual a nós, mas o pensamento limitado e colonial faz com que julguemos e prendamos uns aos outros nessas caixas de moldes. E atrelado a isso, é interessante refletir sobre uma colocação que o Partido dos Panteras Negras³ tinha sobre isso, eram os dois Is.

Que se referem à Ignorância e à Inércia. Significa que, ou você sabe e não quer falar sobre o assunto ou você fica estático em eclipse em cima do muro, sem reação ou opinião quanto ao que foi levado em questão. E se mudássemos a inércia para inocência, faria diferença? Para mim, a inocência é a definição mais amena, onde a pureza do ser se afasta daquilo que é mal. A inocência existe enquanto não sabemos de determinados assuntos.

Ao romper o silêncio e externar o assunto, permitimos que o outro possa se aprofundar no tema ou ignorá-lo. A inocência é a prévia quando ainda não se sabe de algo. Agora, a ignorância é a falta de interesse por algo que o outro está pontuando ou simplesmente preferir manter o assunto como desconhecido para sempre. Criando assim um tabu de "não podemos falar sobre isso" ou "não precisamos".

A ignorância, mascarada de inocência, usa do pretexto de "o que você tem a ver com isso", mas a real é que numa sociedade coletiva onde uns² dependem dos

² O Partido dos Panteras Negras foi uma organização urbana socialista revolucionária, fundada na década de 60 por dois amigos, [Bobby Seale](#) e [Huey Newton](#), nos Estados Unidos. Movimentações da organização se baseavam em reivindicar direitos básicos à população negra daquele território por meio de programas gratuitos para a comunidade. Programas como, saúde, alimentação, educação desde aulas de conhecimento geral até reivindicações

outros, não há como não fazer parte ou ter corresponsabilidade com ações cotidianas no nosso meio social. Então, saber do que se trata e se posicionar é fundamental e não simplesmente tirar o corpo fora. Tendo em vista as mudanças nem tão significativas entre um código e o outro, imagino que muitos tiraram o corpo fora quanto à responsabilidade de compreensão profunda quanto a esse tema, justamente alinhada a esses "Is".

A frase mais marcante que ouvi em um trabalho recente foi: "**o nosso ser fala, mesmo que não diga palavra alguma**". Depois disso, passei uns dias pensando em como essa frase se encaixa com a atuação do TILSP. Podemos relacionar o ser da frase ao corpo, fazendo assim a leitura do dito e do não dito verbalmente.

Respinga facilmente no quesito da aparência do TILSP, já que este corpo efetivamente se expõe durante o exercício do seu trabalho. Mesmo que não se diga efetivamente o que é, estamos dizendo ao menos o que não somos. Apontar os recortes de um código de conduta e ética apresentados neste capítulo é evidenciar as regras impostas, mesmo que ditas em formato explícito ou subentendido, no que consiste a aparência desse profissional TILSP.

Contrariar essa normativa é um recado nítido de desacordo com a padronização imposta por um código, a fim de quebrar o tabu que se tem em não debater isso de forma consciente e verbal. Optar pela não adequação a essa norma, mesmo que os demais colegas da categoria insistam nesse critério, é destacar a relevância de se discutir algo que segue imposto, mas sem a discussão necessária. Ser a única a contrariar essa regra em um grupo de profissionais chama a atenção para essa temática, mesmo que ela não seja verbalmente criticada pela categoria.

Muitos colegas profissionais seguem essa normativa por estarem em uma zona de conforto. Todavia, mesmo sem uma contribuição relevante para o uso do preto, principalmente entre meus iguais étnico-raciais, seguem intrinsecamente a essa regra não oficial da camisa preta.

O óbvio também precisa ser dito, verbalmente ou não. Desde que decidi abordar esse tema no meu trabalho de conclusão de curso, venho me empoderado nessa luta de resistência contra a camisa preta no meu corpo negro. Tem sido uma luta silenciosa, não verbal, mas o objetivo era chegar exatamente onde estou agora

quanto a forma que negros e negras eram tratados naquele período. O objetivo era conscientizar e alcançar o maior número de filiados ao partido, além de espalhar os integrantes por outros espaços e territórios.

e, a partir disso, me sentir mais à vontade em contrariar essa regra sem me sentir mal. Estamos constantemente dizendo e não dizendo as coisas por meio da linguagem corporal.

Para além do verbal, nossa comunicação com o mundo é atravessada por essa linguagem corporal, ainda mais compondo uma comunidade surda. Tudo é comunicação, através até mesmo das cores que escolhemos como resistência ou marcação de algo. As cores representam, além de sentimentos, sensações e outras formas de expressão. Há estudos que mostram isso, como é o caso da psicologia das cores ou ainda as teorias das cores estudadas em campos como a literatura, design e outros.

Por exemplo, quando juntamos o vermelho e amarelo, temos a impressão e/ou sensação de fome e rapidez, combo perfeito para fast-foods. Há outras cores que parecem mais uma concepção de certo ou errado baseado em tradições vinculadas a padrão e imaginário social, como é o caso do preto sempre associado a coisas ruins e do branco a coisas boas.

O uso do preto como sinônimo de luto é um bom exemplo disso, principalmente na parte ocidental do planeta. É quase que uma regra universal em consenso que em cerimônias fúnebres, onde estamos lidando com sentimentos como "introspecção, recolhimento, há presença de dor e tristeza além do sofrimento relacionado à perda". Atrelados à cor preta, algumas outras religiões têm outra relação com a morte e as cores usadas nessas cerimônias, porém são mais distantes do tradicional e comum preto aqui no ocidente.

Refletindo agora, eu me percebo como alguém que só usava preto devido a esse tipo de associação e costume. Na religião em que nasci, é totalmente oposta à que cultivo hoje, quanto a essa relação das cores mais ainda. Usar o branco era quase que extremamente raro. Na minha religião de nascimento, as peças pretas eram mais comuns. Comparado com agora, o preto é quase extinto devido a essa luta silenciosa na categoria de TILSP e a religião onde investi em composições brancas.

O corpo que segue na contramão de padrões, que cansou de frustrar ao tentar caber nas caixas limitantes, resiste quando opta por se comunicar com o mundo externo através dos desafios intrigantes com que se deparam. Mais do que tudo isso, ações como essa são políticas! A liberdade quanto à nossa identidade, a

comunicação com nossa cultura e ancestralidade é um campo de disputa diária em que a maioria tenta nos distanciar diariamente.

Isso me remete a outra frase que também ouvi nesse mesmo dia 20 de outubro, no mais recente trabalho como TILSP: "**a comunicação é um campo de disputa!**" Concordo plenamente, principalmente se existe o que se pressupõe que é certo e errado, como tudo que o homem criou. É exatamente esse homem branco que você, caro leitor, previamente deve ter imaginado quando leu "homem" atrelado a criador, afinal, no imaginário social, o costume é imaginar que tudo que é bom e humano está vinculado ao corpo padrão, que é branco.

Quando o que representa um coletivo não consiste na figura desse homem branco, é comum indagar que estamos falando de um outro grupo qualquer. Deixe-me exemplificar: em campanhas e propagandas onde aparecem pessoas diversas, é apenas uma propagação da interseccionalidade. Quando se trata de uma figura mais específica, como a área da saúde, por exemplo, temos a figura representativa.

Quando aparece um homem negro, nosso imaginário nos leva a pressupor que é algum tipo de homenagem ou destaque para questões especificamente a esse grupo étnico, não um médico. Pensem agora que, se é um homem branco, estamos falando de todos os médicos homens. É assim que nosso imaginário social funciona, no automático.

Porque o branco é o centro de tudo e o que não for branco é parte de um grupo específico. Até mesmo para nós, pessoas pretas, é um esforço imaginar um cenário onde teremos mais do que apenas a representatividade, nós queremos estar de fato inseridos. Não apenas conformados com um de nós lá, queremos nos ver, nos reconhecer uns nos outros.

Se ter como exemplo e referência uns para os outros. E é esse o ponto: se reconhecer. Apenas estar no mesmo ambiente, compor a mesma categoria só isso não supre o objetivo que é nos perceber e reconhecer.

Quando um colega que pertence ao mesmo grupo étnico-racial que eu me encontrar, eu sei que ele nota. A comunicação não verbal expressa no meu corpo político que chega antes de mim. E eu gostaria de sentir a mesma coisa olhando para eles. Como diz o artista Djonga: "Tipo, enquanto alguém for escravo, nenhum de nós é livre". Escravo de tudo que nos foi imposto ao mesmo tempo que apagando e distanciando do que é nossa herança.

A disputa pela comunicação é exatamente essa, onde eu preciso que além de me colocar atrelada à minha profissão, preciso ser reconhecida por ela sem a implementação de um padrão que apague minha essência étnica-racial identitária. Essa corrida na qual começamos atrasados e sem condições aptas para o percurso é cansativa e longa, mas assim como no passado, temos o referencial de quem chegou antes de nós e preparou o caminho para que trilhássemos com resiliência.

Após tantos desencaixes errôneos e frustrados, se libertar de dogmas que só nos aprisionam me parece ser a única saída. Afinal, depois de extensos conhecimentos adquiridos, fica difícil não fazer nada a respeito. E esse trabalho é o meu fazer, de forma concreta e histórica, através desse registro. O trabalho de conclusão de curso tem sido a chave que eu precisava e buscava para externar minhas inquietações e afetar meus iguais.

Diante de tantos anos de incomodações e desconfortos, hoje eu tenho a autonomia e persistência de não apagar minha identidade, mesmo diante de tentativas incessantes da branquitude por meio de regras ultrapassadas. O ditado de quem cala consente não é válido quando esse calar é por meios de coação. Na primeira versão do código de ética, do ano de 1992, usava-se o termo "maturidade emocional".

O termo se articula muito bem com o destaque para conflitos do código, até então alterado em 2014. É indispensável a ligação entre maturidade emocional e conflitos no ambiente de trabalho, onde tudo anda intrinsecamente interligado, e com isso é necessário mediar situações em que haja desconfortos, tendo como base protocolos de ação imediata e possibilidades de soluções circunstanciais. É o que sinto falta quando leio o código de ética.

Conseguir manter a maturidade das emoções é difícil, ainda mais quando o que ocorre nos emociona e afeta de alguma forma, atravessamentos de fato. E quando se trata de coisas que parecem que só a gente nota ou sente, é ainda mais difícil pontuar como aquilo nos impacta.

Esse trabalho é de cunho político, porque tudo é política, assim como o meu corpo! Sempre foi, eu só não sabia da potencialidade que ele carregava, além das marcas referentes às agressões que lhe acarretava. Já dizia Angela Davis: "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela". As matriarcas somos nós, os sonhos das nossas mães e o futuro dos nossos

filhos, talvez parta de nós a responsabilidade de trilhar um novo caminho para quem virá nos suceder.

Por fim, esperei anos para me perceber ou descobrir negra. E como tudo me perpassa e afetava esse corpo, ultrapassei a linha da cor e me vi Preta! E a partir daí, foi impossível “desver” como as coisas ocorrem, como estamos estáticos. Temos que nos mexer, nos articular, mesmo que no primeiro momento pareça que estamos sós, mas somos muitos e temos pressa de resgatar o que é nosso e que nos foi tirado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a expansão, mesmo que ainda tímida, quanto aos temas etnico-raciais nos campos da tradução e interpretação de libras-portugues e comunidade surda, neste trabalho podemos somar com a discussão, além de convidar a essa reflexão que vem se tornando frequente na categoria.

É um desafio e acarreta muita responsabilidade escrever um trabalho com esse, que com certeza será caminho para meus demais pares que venham a discorrer sobre o tema abordado num futuro não muito distante. Tendo em vista a crescente ocupação desses lugares na academia e na categoria, que é o campo das línguas de sinais, trabalhos como esses serão comuns daqui em diante, assim espero!

Tudo que li até aqui para a conclusão deste trabalho foi essencial para minha construção pessoal, acadêmica, identitária e coletiva. Gratificante os frutos colhidos desse processo árduo que me possibilitou falar daquilo que por anos me atravessou e poder nomeá-los com embasamento teórico é a alavanca que eu precisava para concluir mais essa etapa.

Mesmo diante de tantos percalços, para além de citações teóricas e academicistas, diante da abordagem desse trabalho quanto a uma reflexão convidativa pelos moldes qualitativos, poder citar artistas que elucidem minhas vivências como verdadeiros autores é mais do que satisfatório. Essa é parte da liberdade que tanto procuro na minha existência, convertida aqui em escrevivências que, além de registradas, podem ser partilhadas.

Diante da entrega e divulgação deste trabalho, reitero a importância do debate quanto às questões aqui abordadas, desde o romper com o silêncio que cerca a comunidade surda sobre práticas racistas e o reconhecimento delas, até a discussão séria quanto ao padrão imposto a TILSP, sobretudo os pretos.

A construção de todo esse processo, pondo em destaque minha trajetória como tradutora intérprete de libras-portugues, mostra o quão diverso um corpo pode ser em seus processos sem interferir no objetivo final, que é o de repassar adiante a mensagem recebida até o público-alvo.

O corpo preto é político e resistente, já não há mais espaço para

desconfortos e pensamentos de inadequação daquilo que por séculos foi visto como materiais de subserviência e exploração. Estamos aqui, atentos e presentes, e o despertar da consciência vem de longe, agora a passos largos e urgentes.

Esse é só o começo, para conseguir entregar esse trabalho, eu li apenas 10 textos para embasar minha pesquisa, mas não porque escolhi esses dez porque eram os melhores, mas porque eram os únicos que tentavam unir ou relacionar o corpo preto com tradutores intérpretes de libras.

A lei de cotas no nosso país é de 2012, basicamente foi "ontem" que começou, espero que esse seja apenas o começo, não só para mim, mas para os meus. Que não haja mais trabalhos sobre nós, sem nós!

Espero que com esse trabalho eu não seja a única a ousar destrinchar esse tema e que, mesmo diante de toda a dificuldade em consolidar essa pesquisa, eu não pare por aqui.

Fica aqui minha provocação para que outras pesquisas sejam derivadas ou implodidas por essa e que a discussão seja levada adiante, principalmente em relação à consideração de pessoas surdas sobre essa temática. Que não mais fechemos os olhos para o que está diante de nós e que não tenhamos medo de falar sobre.

“A ativista April D'Aubin é a autora do texto “Nothing About Us Without Us: The Struggle for the Recognition of a Human Rights Approach to Disability Issues” (Nada sobre nós, sem nós: a luta pelo reconhecimento da abordagem de direitos humanos aos assuntos de deficiência).”

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio L. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre as origens e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15290: Acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro, p. 9. 2005.
- AZEVEDO, M. P. Corpos em resistência: um olhar sobre a noção de heterotopia de Michel Foucault. *Revista Colineares*, Mossoró, v. 5, n. 2, p. 3-17, jul./dez. 2018.
- BLUESMAN. Direção: Douglas Ratzlaff Bernardt. Produção: Rafa Pinto. Intérpretes: Baco Exu do Blues, Hilton Cobra, Kelson Succi. Roteiro: Baco Exu do Blues, Douglas Ratzlaff Bernardt, Christiano Vellutini, Lucas Andrade, Hugo Veiga, Diego Machado, Renato Zandoná, Paula Santana, Beatriz Durlo. Fotografia de Lucas Oliveira. Gravação de Cuidado com o Neguin, Caixa Preta Filmes. Vitor Veloso, Gabriel Silveira, Gabriel Freitas. [S. l.]: **Stink Filmes**, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-xFz8zZo-Dw>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- BRASIL. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais, Libras, e o artigo 18 da lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 2005.
- _____. Lei no 10.436, de 24 de abril 2002. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais, Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 25 abr. 2002.
- CABELLO, Janaina. Por uma formação decolonial no campo da tradução e interpretação Libras/Língua Portuguesa. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 15, n. 34, p. 40-59, 2020.
- CARVALHO, Luciana. Ser intérprete e negro no brasil e na Venezuela: entrevista com Amaury Williams de Castro. *Translatio [Tradução e Diásporas Negras]*, Porto Alegre, n. 13, p. 348-369, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/73309/42053>. Acesoo em: 13 dez. 2022.
- CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUGUEL, R. (Org.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo de Hombre, 2007. p. 63- 77.
- CELESTINO, Maria Eunice Christino. “O Perigo de Uma História Única/Chimamanda Ngozi Adichie” Tradução Comentada para Libras, 2018. LINK da produção postado no youtube - <https://youtu.be/q7DGLxaS9t0>
- CRENSHAW, Kimberlé. University of Chicago Legal Forum. **Feminist Theory and Antiracist Politics**, p. 1989, 1989.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics

[1989]. In: *Feminist legal theory*. Routledge, 2018. p. 57-80.

DA COSTA, Roberto César Reis; DA COSTA, Sheila Batista Maia Santos Reis. SOU INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E NÃO ABRO MÃO DO MEU BLACK POWER: E AÍ... VÃO CONTINUAR DIZENDO QUE MEU AFROHAIR ATRAPALHA NA COMUNICAÇÃO?. **Web Revista SOCIODIALETO**, v. 10, n. 28, p. 194-219, 2019.

D'ADESKY, J. Pluralismo Étnico e Multiculturalismo. Racismos e Anti-Racismos no Brasil. 1. Edição – Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DEUS e o Diabo na Terra do Sol. Intérprete: Djonga, Felipe Ret, Fritz. Compositor: Djonga. In: LADRÃO. Belo Horizonte: **Ceia**, 2019. faixa 4 (6:28 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FhWLiQ5Nx5s>. Acesso em: 13 dez. 2022.

DU BOIS, W. E. B. (1903). *Souls of Black Folk: Essays and Sketches*. Chicago: A.C. McClurg & Co.

FAGE, J. D. A evolução da historiografia da África. In: ZERBO, J. Ki. *História Geral da África I: metodologia de pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIA-INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS – Febrapils. Código de conduta e ética. Fortaleza, CE, 2014. Disponível em: <http://febrapils.org.br/documentos/>. Acesso em: 4 jan. 2019.

FENEIS. Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. A educação que nós surdos queremos. Documento elaborado pela comunidade surda a partir do pré-congresso ao V Congresso latino-americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado em Porto Alegre/RS, no salão de atos da reitoria da UFRGS, nos dias 20 a 24 de abril de 1999. Disponível em: Acesso em: 22/08/2018.

FERREIRA, Priscilla Leonor Alencar. O ensino de relações étnicos-raciais nos percursos de escolarização de nrgros surdos na educação básica. FONSECA, Luciana Carvalho. A linha da cor: entrevista com Rane Souza. **Revista Artemis**, v. 27, n. 1, p. 206, 2019.

FRANKLIN, J. H. (1993). *The Color Line: Legacy for the Twenty-First Century*. Columbia and London: University of Missouri Press.

FURTADO, R. S. S. Narrativas identitárias e educação: os surdos negros na contemporaneidade. 2012. 122 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

GROSGOUEL, R. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raça, cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, Osmundo; ANSONE, Livio. *Raças: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: Editora EDUFBA, 2008.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte:

Editora UFMG, 2006.

HARRISON, K. M. P. Libras: apresentando a língua e suas características.

HERNÁNDEZ, T.K. A inocência racial e o direito costumeiro de regulação racial. In: Subordinação racial no Brasil e na América Latina: o papel do Estado, o Direito Costumeiro e a Nova Resposta dos Direitos Civis [online]. Translated by Arivaldo Santos de Souza and Luciana Carvalho Fonseca. Salvador: EDUFBA, 2017, pp. 15-30. ISBN: 978-85-232-2015-0.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomáz Tadeu (Org.). O Sujeito da Educação. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 35-86.

MEDEIROS, Étore; POMPEU, Ana. "Brasileiros acham que há racismo, mas somente 1, 3% se consideram racistas." *Correio Braziliense* 25 (2014).

MOVIMENTO. Intérpretes: BK, JXNV\$. Compositor: Abebe Bikila Costa Santos, Jonas Ribeiro Chagas. In: O Líder em Movimento. São Paulo: **Pirâmide Perdida Records**, 2020. faixa 1 (3:35 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RgpbeTrSXHg>. Acesso em: 13 dez. 2022.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi. (org.). O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 33-44.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Editora Ática, 1988.

NGOZI ADICHIE, Chimamanda. The danger of a single story. **TED Ideas worth spreading**, < http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.htm |> (23 giugno 2016), 2009.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra. "Intérpretes de libras-português no contexto de conferência: uma descrição do trabalho em equipe e as formas de apoio na cabine." (2016).

RIBEIRO, D. (2017). O que é Lugar de Fala? Belo Horizonte: Letramento.

SANTOS, Rhaul de Lemos. Negros/as surdos/as no ensino superior: mapeando cursos de graduação de Letras Libras. 2019.

SILVA, Mozart L. "História e interculturalidade: aspectos críticos à educação e ao multiculturalismo no Brasil." *Anais do VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra. 2004.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista; ROSEMBERG, Fúlvia; VAN DIJK, Teun. Racismo e discurso na América Latina. 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Editora Vozes, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: impertinências. **Educação & Sociedade**, v. 23, p. 65-66, 2002.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Raça e racismo na virada do milênio: os novos contornos da racialização. Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SKLIAR, Carlos Bernardo. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros "outros". **Ponto de Vista: revista de educação e processos inclusivos**, n. 5, p. 37-49, 2003.

SKLIAR, Carlos Bernardo. A invenção e a exclusão da alteridade "deficiente" a partir dos significados da normalidade. *Educação & Realidade* 24.2 (1999).

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

_____. Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: WALSH, C. (Org.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Quito: Abya-Yala, 2013. p. 23-68

ANEXO - CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA